

MESTRADO
ECONOMIA E GESTÃO DA INOVAÇÃO

Inovação Social, Empreendedorismo Social e inclusão das populações de baixo rendimento: Estudo de casos da iniciativa Portugal Inovação Social

Izabella Rosa Marques De Santis

M

2022



FACULDADE DE ECONOMIA



**INOVAÇÃO SOCIAL, EMPREENDEDORISMO SOCIAL E INCLUSÃO
DAS POPULAÇÕES DE BAIXO RENDIMENTO: ESTUDO DE CASOS
DA INICIATIVA PORTUGAL INOVAÇÃO SOCIAL**

Izabella Rosa Marques De Santis

Dissertação
Mestrado em Economia e Gestão da Inovação

Orientado por
Iván G. Peyré Tartaruga

2022

Agradecimentos

Primeiro a Deus pela minha jornada até aqui e por tudo o que ainda virá. Agradeço a saúde, a força e a intuição para seguir em frente em busca de cumprir a minha missão nesse planeta.

Ao meu marido pela parceria, o amor, o companheirismo e o carinho ao longo de todos esses anos juntos e especialmente nesses dois últimos de dedicação a esse ciclo de estudos. Agradeço sua compreensão e seu apoio nos momentos de cansaço e ausência. Obrigada pela coragem de embarcar comigo nessa caminhada. Obrigada pelo seu abraço e suporte nas incertezas e na saudade. Muito obrigada por partilhar a sua vida comigo e fazer os meus dias mais felizes.

Aos meus pais pela minha vida e por todo o aprendizado que proporcionaram ao longo dela. Agradeço toda a dedicação, amor e carinho que sempre me deram. Agradeço as palavras de conforto e os sábios conselhos que são como abraços apertados na enorme distância física. Obrigada pelo amor e pelo apoio incondicionais.

Ao meu irmão por todo o apoio e auxílio ao longo da vida e, em especial, nesses últimos anos. Obrigada pela força, pela compreensão e pela sua amizade. Muito obrigada pela parceria constante e por ter estado fisicamente quando eu não pude estar.

A todos os familiares e amigos que acompanham a minha caminhada e que estiveram ao meu lado e apoiaram este desafio. Obrigada pela compreensão, pelo carinho, pela força e pela confiança. Vocês me proporcionaram ânimo, alegria e leveza nesse período. Muito obrigada!

Ao professor Dr. Iván Tartaruga que aceitou orientar essa dissertação. Obrigada pelo respeito, pela atenção e pela confiança no meu trabalho. Muito obrigada pelas indicações de leitura, por sempre me fazer pensar e questionar o meu tema de pesquisa e pelos ensinamentos compartilhados ao longo de todo o trabalho.

Por fim, agradeço a todos os entrevistados e pessoas que colaboraram para a realização desse trabalho. Obrigada pelo auxílio e por terem partilhado suas experiências de vida permitindo que esse estudo pudesse se concretizar.

Resumo:

A pobreza é uma preocupação mundial. Erradicá-la é o primeiro, e talvez mais desafiador, Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Esse problema afeta cada país de uma forma diferente. Em Portugal, dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) apontam que, em 2020, o limiar da pobreza era de 554 euros/mês e cerca de 1,8 milhão de pessoas viviam abaixo dessa linha. Há diferentes fatores que levam a essa condição. Desde fatores estruturais nacionais até fatores individuais e familiares. Em todo o mundo surgem iniciativas inovadoras que visam combater a pobreza ao atuar sobre esses fatores. Compreender como surgem essas iniciativas e como impactam a vida desses indivíduos é fundamental para perceber seus pontos exitosos e inspirar a construção de outras soluções semelhantes em outros sítios. Assim, a presente investigação tem como principal objetivo compreender como as iniciativas de inovação social impactam na inclusão das populações de baixo rendimento em Portugal. Com base na literatura científica sobre Inovações Sociais, Empreendedorismo Social e Inovações Inclusivas e do estudo de caso de duas Iniciativas de Inovação e Empreendedorismo Social (IIES) da estratégia Portugal Inovação Social, o presente trabalho busca perceber como esses projetos surgiram e se desenvolveram. Além disso, ao utilizar a escada das inovações inclusivas, traz uma nova abordagem para a análise do nível de inclusão e impacto dessas iniciativas junto a essa população e permite compreender que a inclusão de processo não é essencial para que as iniciativas alcancem os seus objetivos principais. Por fim, percebe-se que o acompanhamento social individualizado, as capacitações e as pontes com as empresas são fatores que ajudam a combater o desemprego – um dos principais contributos para uma situação de pobreza familiar.

Códigos JEL: O35, O39, L31

Palavras-chave: Inovação Social; Empreendedorismo Social; Inovações Inclusivas; Portugal Inovação Social; Projetos Sociais Inovadores

Abstract:

Poverty is a global concern. Eradicating it is the first, and perhaps most challenging, Sustainable Development Goal (SDG) of the United Nations (UN) Agenda 2030. This problem affects each country in a different way. In Portugal, data from the National Institute of Statistics (INE) indicate that in 2020, the poverty line was 554 euros/month and about 1.8 million people lived below that line. There are different factors that lead to this condition. From national structural factors to individual and family factors. Innovative initiatives that aim to combat poverty by acting on these factors are emerging around the world. Understanding how these initiatives emerge and how they impact people's lives is fundamental to notice their successful points and inspire the development of similar solutions in other places. Thus, the main objective of this research is to understand how social innovation initiatives impact the inclusion of low-income populations in Portugal. Based on the scientific literature of Social Innovations, Social Entrepreneurship and Inclusive Innovations and the case study of two Social Innovation and Social Entrepreneurship Initiatives (SISEI) of the Portugal Social Innovation strategy, the present study seeks to understand how these projects emerged and developed. Moreover, by using the ladder of inclusive innovations, it brings a new approach to analyze the level of inclusion and impact of these initiatives on this population and allows to understand that the inclusion of process is not essential for the initiatives achieve their main objectives. Finally, it can be perceived that individualized social accompaniment, trainings and connections with companies are factors that help to combat unemployment – one of the main contributors to a family poverty situation.

JEL codes: O35, O39, L31

Keywords: Social Innovation; Social Entrepreneurship; Inclusive Innovations; Portugal
Social Innovation; Innovative Social Projects

Índice

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	5
2.1 CONTRIBUTOS TEÓRICOS DA LITERATURA DE INOVAÇÃO NO ÂMBITO DAS POPULAÇÕES DE BAIXO RENDIMENTO	6
2.1.1 INOVAÇÃO SOCIAL	6
2.1.2. EMPREENDEDORISMO SOCIAL.....	8
2.1.3. INOVAÇÕES INCLUSIVAS	10
2.1.2 ANÁLISE E INTEGRAÇÃO DAS TRÊS ABORDAGENS.....	12
2.2. O CONTEXTO PORTUGUÊS.....	14
2.2.1. A POBREZA EM PORTUGAL	14
2.2.1.1. Reformados.....	19
2.2.1.2. Precários	20
2.2.1.3. Desempregados	22
2.2.1.4. Trabalhadores.....	23
2.2.1.5. Síntese dos perfis.....	25
2.2.2. PORTUGAL INOVAÇÃO SOCIAL.....	27
3. ESTUDO EMPÍRICO.....	32
3.1. APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE PESQUISA	32
3.1.1 SELEÇÃO DOS PROJETOS.....	35
3.2. APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS DA PORTUGAL INOVAÇÃO SOCIAL.....	36
3.2.1. PLATAFORMA + EMPREGO (P+E).....	36
3.2.2. ESCOLA OFICINA	42
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	48
5. CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
ANEXOS:.....	66
ANEXO 1	66
ANEXO 2.....	67

1. Introdução

Em muitas nações, o crescimento e o desenvolvimento económico se deram com a exclusão e a marginalização de parte da população. Mesmo nos países desenvolvidos, há populações pobres que enfrentam dificuldades para manter sua subsistência – situação que foi intensificada pela pandemia de Covid-19 (Diário de Notícias, 2021). Dados recentes do Eurostat (2021), por exemplo, apontam que, em 2020, uma em cada cinco pessoas na União Europeia (aproximadamente 96,5 milhões ou 21,9% da população) estava em risco de pobreza ou exclusão social. Tal situação é ainda mais grave e comum em países em desenvolvimento, onde essas populações são mais numerosas e com maiores dificuldades.

Muitas estruturas, desde governos à instituições filantrópicas, têm buscado suprir às necessidades dessas pessoas. Grande parte das organizações que se voltam para esses grupos pertence ao setor sem fins lucrativos (terceiro setor) o qual não só se expandiu nas últimas duas décadas em função do aumento das demandas sociais, como também corresponde a uma parte importante da economia e serve como um fator crucial para a mudança social em muitos territórios (Farinha et al., 2020).

Por volta da década de 1970, o empreendedorismo passou a se voltar para essas populações com iniciativas como as do economista Muhammad Yunus de concessão de microcrédito para as pessoas carentes visando o combate à pobreza (Christmann, 2014; Yunus, 2000), originando o chamado empreendedorismo social. Além disso, estudos em inovação também se voltaram para esses grupos, sobretudo com as abordagens de inovação social e de inovações inclusivas.

A abordagem de inovação social é abrangente e traz uma preocupação com os problemas sociais (Patiño-Valencia et al., 2020) e com a condição humana, seja para superar situações de exclusão social, melhorar a qualidade da prestação de serviços ou melhorar a qualidade de vida humana e de bem-estar (Moulaert et al., 2013). Já a inovação inclusiva é mais específica e preocupa-se com a redução da condição de exclusão enfrentada por uma determinada população (Patiño-Valencia et al., 2020), a partir da análise de sua ligação com a geração dessas inovações (Heeks et al., 2013).

Percebe-se, portanto, que essas abordagens estão relacionadas com o objetivo de analisar e desenvolver estratégias de combate à pobreza, atendimento às necessidades sociais e inclusão social. A solução para os desafios do século 21 – que abrange, entre

outros, problemas de urbanização em massa, exclusão social e altas taxas de desemprego – exige o desenho de soluções inovadoras, a mobilização coletiva de recursos e o compartilhamento de ideias (Cunha et al., 2015) que auxiliem a superar de forma mais sustentável, efetiva e eficiente os problemas sociais (Phills et al., 2008). Ademais, o empreendedorismo social além de ser alvo de um crescente interesse académico, também vem sendo percebido pelas esferas políticas, nacionais e internacionais, como um possível meio de respostas aos problemas sociais (Inácio, 2015).

Assim, estudiosos do tema apontam para um aumento no interesse por pesquisas que visem analisar a relação entre inovação, recursos, redes e desenvolvimento (Caravaca et al., 2005). Eles indicam também a necessidade de estudos que aprofundem na análise da inovação social no âmbito de diferentes tipos de instituições e dinâmicas institucionais (tais como na administração pública, nos negócios, nas relações com a comunidade, em comunidades locais, entre grupos), e também nas relações entre as necessidades sociais / individuais, as mudanças na sociedade e o papel do Estado (Moulaert, 2008).

Em Portugal, se por um lado, a investigação relacionada com o empreendedorismo social ainda é incipiente (Parente & Quintão, 2014 e Inácio, 2015), por outro, o país encontra-se na vanguarda do estímulo governamental às inovações sociais na União Europeia. Em 2014, a partir do Acordo de Parceria entre o governo português e a Comissão Europeia (designado Portugal 2020) e, por meio da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-A/2014 de 16 de dezembro, o país lançou a iniciativa Portugal Inovação Social – primeira política nacional integrada de apoio à inovação social e ao empreendedorismo social (Almeida & Santos, 2017).

Por meio dessa iniciativa, o Estado português busca promover o empreendedorismo social e a inovação social no país ao apoiar projetos que constituam soluções inovadoras para os problemas sociais e que visam proporcionar benefícios para a sociedade (Almeida & Santos, 2017). Para tanto, disponibiliza instrumentos de financiamento destinados a apoiar as Iniciativas de Inovação e Empreendedorismo Social (IIES). Essas Iniciativas constituem-se em projetos que buscam gerar impacto social positivo por meio da intervenção sobre um ou vários problemas sociais de forma eficiente e inovadora (Portugal Inovação Social, 2019a).

Tal como o empreendedorismo social traz muitas iniciativas interessantes que precisam ser estudadas para perceber como ajudam as pessoas (Zainol et al., 2014), o programa português também pode apontar iniciativas relevantes nesse âmbito. Para conhecer e

compreender quais estratégias levam aos melhores retornos, faz-se necessária a realização de pesquisas que apresentem os retornos sociais das mesmas, uma vez que essas descobertas podem beneficiar não apenas empreendedores sociais, mas também o público e os formuladores de políticas (Zainol et al., 2014).

Assim, diante do cenário exposto e da importância de aprofundar os estudos na seara da inovação social e do empreendedorismo social em Portugal, o trabalho busca apresentar e analisar iniciativas inovadoras, realizadas por empreendedores sociais no âmbito da estratégia nacional Portugal Inovação Social, que visem gerar impacto social positivo ao fomentar a inclusão das populações pobres. O estudo objetiva, então, compreender *como as iniciativas de inovação social impactam na inclusão das populações de baixo rendimento em Portugal*.

A partir da revisão de literatura acerca dos conceitos complexos que envolvem o tema, o trabalho buscará, num primeiro momento, compreender um pouco mais sobre a pobreza no país e identificar iniciativas inovadoras de empreendedorismo social, financiadas pela estratégia Portugal Inovação Social, que buscam apoiar a população que se encontra nessa situação. Depois, num segundo momento, a pesquisa empírica buscará analisá-las para (i) perceber como surgiram e se desenvolveram; (ii) conhecer os seus objetivos e de que forma buscam estimular a inclusão das populações-alvo dos projetos; (iii) a fim de compreender os impactos dessas iniciativas, bem como seus aspetos positivos e negativos.

Assim, o estudo não só se justifica perante um crescente interesse que os temas da inovação social e do empreendedorismo social têm despertado a nível nacional e da escassez de trabalhos nessa área em contexto português, como também é importante ao aprofundar a análise de inovações sociais num contexto micro, mais especificamente evidenciando modelos de intervenção de organizações do terceiro setor (Parente & Quintão, 2014). Isso possibilita compreender o contexto de criação e implementação, a missão social dos projetos, o nível de participação dos beneficiários nos projetos e, principalmente, o impacto positivo junto às populações apoiadas por essas iniciativas.

Portanto, além de buscar evidenciar iniciativas que possam ser escaladas ou servir de exemplo para serem adaptadas e replicadas em outros contextos próximos, o estudo também é relevante para oferecer pistas e caminhos para que outros empreendedores sociais coloquem seus projetos em prática de forma mais eficiente e eficaz.

O estudo desse tema no âmbito de uma dissertação de mestrado em Economia e Gestão da Inovação também é importante para aprofundar a discussão acerca de iniciativas sociais inovadoras em uma área que, além de bastante atual e complexa, tem grande

relevância em termos de desenvolvimento social e económico. Olhar para os mais pobres, entender suas necessidades, construir soluções que possam auxiliá-los a mudar sua condição de vida é viabilizar o desenvolvimento social e efetivar a mudança de uma realidade socioeconómica.

O presente trabalho está dividido em cinco partes. No capítulo de Revisão de literatura são expostas as abordagens da literatura científica de Inovação e de Empreendedorismo Social que se voltam para os desafios sociais e para a população com baixo rendimento, bem como o contexto português de pobreza e a iniciativa Portugal Inovação Social. O Estudo Empírico apresenta a abordagem metodológica utilizada na realização da investigação empírica e apresenta os projetos investigados. O capítulo de Análise e discussão dos resultados abrange o estudo e a discussão dos principais pontos dos projetos e seus contributos na inclusão das populações de baixo rendimento. O encerramento do trabalho se dá com a Conclusão.

2. Revisão de literatura

Não há na literatura uma definição clara e uniforme sobre a pobreza (Pereira, 2010). Sua definição varia tanto como as formas em que se manifesta em diferentes países. Porém, de forma geral, ela pode ser percebida “como uma situação em que não são satisfeitas determinadas necessidades, ou em que não é realizado um nível de vida mínimo aceitável, por carência de recursos económicos (...)” (Pereira, 2010, parágrafo 8).

No mesmo sentido, as necessidades sociais são percebidas como lacunas entre condições socialmente desejáveis e a realidade existente (Guclu et al., 2002). Tais necessidades podem ser flagrantemente óbvias, como a fome, falta de moradia, doenças, ou podem ser menos óbvias ou não reconhecidas, mas todas elas constituem o ponto de partida para as inovações que combinam a percepção de uma necessidade que não está sendo atendida com uma ideia de como ela poderia ser atendida (Mulgan, 2006).

Esse desequilíbrio atrai o empreendedor que percebe nele embutida uma oportunidade de fornecer uma nova solução, produto, serviço ou processo (Martin & Osberg, 2007). A jornada empreendedora começa, portanto, com uma ideia promissora que pode ter suas raízes na experiência pessoal do empreendedor ou no reconhecimento das necessidades sociais, nos bens sociais ou nas mudanças (Guclu et al., 2002).

Assim, a insatisfação com o *status quo* muitas vezes estimula a criatividade empreendedora e leva os empreendedores sociais a buscarem novas abordagens para os problemas e frustrações que encontraram (Guclu et al., 2002). Entretanto, a razão pela qual o empreendedor vê essa condição de desequilíbrio como uma oportunidade de criar algo novo, enquanto outros a percebem como um inconveniente a ser tolerado, decorre do conjunto único de características pessoais que ele traz para a situação (tais como inspiração, criatividade, ação direta, coragem e fortaleza) que são fundamentais para o processo de inovação (Martin & Osberg, 2007).

Além disso, Guclu et al. (2002) apontam que todos os atos de empreendedorismo começam com a visão de uma oportunidade atraente, a qual consiste, para os empreendedores sociais, numa oportunidade que tenha potencial suficiente para gerar um impacto social positivo que justifique o investimento de recursos (como tempo, energia e dinheiro) necessários para persegui-la. Tais oportunidades não chegam totalmente formadas, devendo ser concebidas, desenvolvidas e refinadas em um processo criativo, dinâmico e atencioso (Guclu et al., 2002).

Assim, encorajar e dar suporte aos empreendedores sociais individuais e organizações que trazem aos problemas sociais o mesmo tipo de determinação, criatividade e desenvoltura dos empreendedores empresariais é uma estratégia que pode potencializar o desenvolvimento social (Dees, 2007). Outra estratégia está no incentivo ao envolvimento dos grupos excluídos com as inovações que se voltam para eles (Foster & Heeks, 2013). Quanto maior a interação e a participação no processo de criação e desenvolvimento dessas inovações, maior é a inclusão desses grupos (Heeks et al., 2013).

Como pode ser percebido, os conceitos de empreendedorismo social e inovação social muitas vezes se cruzam e são ambíguos, sendo essa falta de definição clara acerca dos termos uma crítica constante na literatura (Cunha et al., 2015 e Pue et al., 2015). A seguir serão abordados tais conceitos, bem como o de inovações inclusivas, à luz da literatura científica, a fim de serem melhor compreendidos.

2.1 Contributos teóricos da literatura de Inovação no âmbito das populações de baixo rendimento

2.1.1 Inovação Social

As inovações sociais relacionam-se com o encontro de soluções progressivas aceitáveis para problemas relacionados à exclusão, privação, alienação, falta de bem-estar, e também com ações que contribuem positivamente para o desenvolvimento e o progresso humano (Moulaert et al., 2013). Assim, elas promovem a inclusão e o bem-estar por meio da melhoria das relações sociais – desde as microrrelações entre indivíduos até macrorrelações entre classes e grupos sociais – e dos processos de empoderamento em busca de uma sociedade (um mundo, nação, região, localidade, comunidade) mais inclusiva, focando, ainda, nas diferentes habilidades com as quais os atores e grupos coletivos desempenham seus papéis sociais (Moulaert et al., 2013).

A inovação social é um processo que, quando completo, resulta em mudança social (Pue et al., 2015). Esse processo de transformação das relações sociais visa a satisfação de necessidades humanas não realizadas (Tartaruga, 2021b) e compreende o surgimento e a adoção de estratégias socialmente criativas que reconfiguram as relações sociais para concretizar um determinado objetivo social (Pue et al., 2015). A inovação social, portanto, contrapõe-se às dinâmicas de exclusão, como, por exemplo, o desemprego, “por meio da

mobilização de recursos humanos, institucionais, organizacionais ou econômicos” (Tartaruga, 2021b, p. 508).

Além disso, há uma variedade de perspectivas para a inovação social nas ciências sociais. Entre elas, destacam-se as macroinovações e as microinovações, que abrangem, por exemplo, o desenvolvimento de práticas cooperativas de produção (Tartaruga, 2021b), a introdução de um novo núcleo de práticas sociais num determinado grupo, e o desenvolvimento de novas práticas de negócios (Mumford, 1992 apud Moulaert, 2008). A lógica de continuação na construção e facilitação das instituições para as iniciativas dos indivíduos e grupos em pequenas comunidades permite o desenvolvimento de estratégias socialmente criativas em escalas macro/micro (Moulaert et al., 2013). Assim, a inovação social ocorre através de janelas de oportunidade para a criatividade social que podem surgir a partir de desafios às práticas institucionais, nascendo em espaços de microescalas que podem tornar possíveis estratégias criativas em escalas macro (Moulaert et al., 2013).

Também nessa esteira, Parente e Quintão (2014) apontam que, a inovação social supera a sua função instrumental, constituindo-se num fim em si mesma que visa a mudança ou transformação social. Assim, ao abordar a inovação social enquanto forma de intervenção social, as autoras apontam sua composição por duas dimensões, uma de produto (ou resultado) e outra de processo (Parente & Quintão, 2014).

Na primeira, a inovação social “cria valor social, para além do valor económico que possa ter” (Parente & Quintão, 2014, p. 40). Porém, a criação desse valor é resultado da segunda dimensão (processo), ou seja, de um “modelo de intervenção pautado pelos princípios da inovação social, isto é, pelas modalidades de trabalhar com as pessoas, e trabalhar em rede e parceria”(Parente & Quintão, 2014, p. 40).

Assim, a inovação social emerge num cenário complexo com o objetivo “de responder a desafios sociais, a partir de soluções inovadoras, que promovam mudanças benéficas a um coletivo” (Prim et al., 2019, p. 1). Nas inovações sociais o novo não se manifesta por meio de artefatos tecnológicos, mas no nível das práticas sociais que assumem uma nova combinação e/ou uma nova configuração em certas áreas de ação ou contextos sociais (Howaldt et al., 2016). Elas são realizadas por determinados atores ou constelações de agentes de forma intencionalmente direcionada com o objetivo de melhor satisfazer ou atender às necessidades e problemas para além do que já é feito por práticas já estabelecidas (Howaldt et al., 2016).

A inovação social é percebida, então, como um novo paradigma para a resolução de problemas sociais negligenciados (Almeida & Santos, 2017). Ela pode ocorrer em diferentes comunidades e em várias escalas espaciais, constituindo-se em um fator determinante nos processos de conscientização, mobilização e aprendizagem (Chambot et al., 1982 apud Moulaert, 2008), uma vez que abrange a geração e implementação de novas ideias de serviço social para resolver problemas sociais, a nível de produto, processo ou sistema social (Weerawardena & Mort, 2012).

2.1.2. Empreendedorismo Social

O termo “empreendedor” tem suas origens na economia francesa dos séculos XVII ou XVIII, visando identificar “alguém que ‘empreende’ um projeto ou uma atividade significativa” (Dees, 1998, p. 1). Esse termo “passou a ser a utilizado para identificar os indivíduos mais arrojados que estimulavam o progresso económico ao descobrirem novas e melhores formas de fazer as coisas” (Dees, 1998, p. 1).

No âmbito económico, o termo é intimamente associado com as ideias de mudança e de oportunidade (Dees, 1998). Seja por meio dos empreendedores-inovadores de Joseph Schumpeter que reformam ou revolucionam o padrão de produção, exercendo um papel de agentes da mudança na economia ou como os empreendedores de Peter Drucker, que não provocam necessariamente as mudanças, mas sim que procuram por elas e reagem a elas, explorando-as como oportunidades (Dees, 1998).

Assim, o empreendedor económico é inspirado a alterar uma situação de equilíbrio subótimo, por meio de uma solução criativa que rompe com a existente, agindo diretamente sobre a situação e possuindo a força necessária para impulsionar suas soluções criativas através da fruição e da adoção do mercado (Martin & Osberg, 2007).

Os estudiosos do tema apontam que a principal diferença entre empreendedorismo (económico) e o empreendedorismo social reside na proposta de valor criado (Dees & Anderson, 2003 e Martin & Osberg, 2007). Para o empreendedor (económico), essa proposta é organizada para atender mercados que paguem pelo novo produto ou serviço, sendo projetada, portanto, para criar lucro financeiro (Martin & Osberg, 2007). Já o empreendedor social não visa criar lucro financeiro substancial para si ou para seus investidores (organizações filantrópicas e governamentais em sua maioria); em vez disso, almeja criar valor na forma de benefício transformacional em escala que se acumula tanto para um segmento significativo da sociedade quanto para a sociedade em geral (Martin &

Osberg, 2007). Dessa forma, os empreendedores sociais buscam servir a propósitos sociais (Dees & Anderson, 2003).

Yunus (2010) também enfatiza a relação entre o empreendedorismo social e a pessoa do empreendedor, descrevendo o conceito como uma iniciativa de consequências sociais criada por um empreendedor com visão social, que pode ser tanto uma iniciativa não econômica, uma iniciativa de caridade ou uma iniciativa empresarial com ou sem lucro pessoal. Segundo o autor, os empreendedores sociais tanto podem realizar seus projetos por meio de organizações não governamentais (ONGs) tradicionais, como também podem estar envolvidos em atividades com fins lucrativos (Yunus, 2010).

O empreendedor social é visto, portanto, como uma pessoa capaz de criar valor social, distinguindo novas e inovadoras possibilidades para resolver uma missão social (Bikse et al., 2015). Assim, além de constituírem figuras-chave que desenvolvem e implementam soluções inovadoras para os problemas sociais, também podem ser percebidos como intermediários que atuam na interface das medidas políticas e de engajamento dos cidadãos locais (Christmann, 2014).

Além da análise do empreendedorismo social a partir da figura do empreendedor social, a literatura também aponta que ele ocorre pela ação de uma coletividade. Assim, ao nível organizacional, o empreendedorismo social é visto como um “processo composto por práticas de gestão e de intervenção desenvolvidas por organizações sem fins lucrativos” (Lopes et al., 2014 apud Parente & Quintão, 2014, p. 48). E também como “um modo de intervenção através do qual uma organização visa solucionar problemas sentidos por grupos sociais desfavorecidos” (Hespanha et al., 2015, p. 473).

Nessa linha ainda, o empreendedorismo social abrange não só atividades inovadoras sem fins lucrativos, como também atividades lucrativas com objetivos sociais (como bancos de desenvolvimento comunitário) e organizações híbridas que combinam elementos lucrativos e não-lucrativos (Dees, 1998).

Por fim, para clarificar melhor esse conceito e sua relação com a inovação social, Almeida & Santos (2017, p. 446), dois presidentes e responsáveis pela implementação da iniciativa Portugal Inovação Social, apontam que enquanto “a Inovação Social presume a possibilidade e disponibilidade da sociedade civil para agir sobre si mesma, procurando novas soluções para os problemas humanos e comunitários aos quais as estruturas existentes não conseguem responder inteiramente”; o empreendedorismo social se refere “ao processo de concretização destas novas soluções, habitualmente dinamizado por

indivíduos ou por pequenos grupos de cidadãos motivados para dar respostas inovadoras a necessidades sociais e materializado em novas organizações ou em iniciativas incubadas em organizações existentes” (Almeida & Santos, 2017, p. 446).

2.1.3. Inovações Inclusivas

O conceito de Inovações Inclusivas é complexo e o arcabouço teórico que o embasa é insuficiente para definir claramente suas características e abrangência (Patiño-Valencia et al., 2020). Porém, a literatura sobre o tema aponta que a inovação inclusiva busca estabelecer um contraponto às visões convencionais de Inovação que, ainda que de forma implícita, percebem o desenvolvimento como um crescimento económico generalizado (Foster & Heeks, 2013). Assim, em contraste a essas perspectivas, a inovação inclusiva concebe o desenvolvimento em termos da inclusão ativa daqueles que são excluídos da corrente principal de desenvolvimento (Foster & Heeks, 2013).

Segundo Tartaruga (2021a, p. 505, inserção nossa), as inovações inclusivas são percebidas como “novos produtos ou processos produtivos direcionados a estratos da população de baixa renda [baixo rendimento] e/ou de baixo nível educacional formal”. Tais processos ou produtos visam atender à necessidade de um grupo de indivíduos sob algum tipo de exclusão, de uma forma nova ou não convencional (Patiño-Valencia et al., 2020). Já Foster e Heeks (2013, p. 335) definem a inovação inclusiva simplesmente como “a inclusão em algum aspeto da inovação de grupos que atualmente são marginalizados” (tradução nossa).

Essa última abordagem traz a tona dois aspetos em torno da definição que merecem destaque para entender melhor o conceito em tela. O primeiro é a identidade, que diz respeito a quais grupos são percebidos como marginalizados ou excluídos (e com necessidade de serem incluídos por novas abordagens de inovação) (Heeks et al., 2014). O segundo concentra-se em qual “aspeto” da inovação o grupo marginalizado deve ser incluído (Heeks et al., 2014).

No primeiro sentido, os autores apontam que os grupos que têm sido identificados como foco para a inovação inclusiva abrangem, entre outros, mulheres, jovens, deficientes, minorias étnicas e empresários do setor informal (Heeks et al., 2014). Porém o foco principal dos estudos nessa área tem sido os pobres – aqueles com rendimentos mais baixos (Heeks et al., 2014 e Tartaruga, 2021a).

Já com relação ao outro aspeto, o de inclusão no processo de inovação, os grupos desfavorecidos podem assumir tanto um papel passivo (como usuários da inovação), como também um papel ativo, participando da concepção da mesma “em parte ou todas as etapas do processo de inovação (invenção, desenho, desenvolvimento, produção e distribuição)” (Tartaruga, 2021a, p. 505).

Além disso, Heeks et al. (2013) estabelecem a Escada da Inovação Inclusiva, apresentada na Figura 1, que tem por objetivo identificar e apresentar os diferentes níveis de inclusão desses grupos no âmbito da inovação. Essa participação vai desde o nível 1 de Intenção, no qual uma inovação é vista como inclusiva se a intenção for atender às necessidades, desejos ou problemas do grupo excluído; até níveis mais abrangentes, como o de Estrutura (nível 5) – em que a estrutura onde a inovação é criada (instituições, organizações e relações que constituem um sistema de inovação) seja inclusiva – e o de Pós-estrutura (nível 6), em que é percebida como inclusiva se for concebida dentro de uma estrutura de discurso e conhecimento que seja inclusiva (Heeks et al., 2013).

Destaca-se que, enquanto no nível 2 (Consumo), a inovação é percebida como inclusiva se for utilizada pelo grupo excluído, no nível 3, de Impacto, ela precisa gerar um impacto positivo nos meios de subsistência do grupo excluído para ser vista como inclusiva (Heeks et al., 2013). Tal impacto positivo pode ser entendido de diferentes maneiras, como por exemplo, por meio de maior produtividade e/ou maior bem-estar/utilidade (exemplo: maior capacidade de consumo), ou até mesmo, ao proporcionar maiores meios de subsistência ou de capacidades para realizar aquilo que a pessoa valoriza (Heeks et al., 2013).

Já o nível 4, Processo, traz a percepção de que uma inovação é inclusiva se o grupo excluído estiver envolvido em alguma etapa do desenvolvimento da mesma (Heeks et al., 2013). Além disso, a extensão do seu envolvimento pode ir desde ser informado sobre o processo, ser consultado no processo, colaborar com o processo, ser empoderado pelo processo, ou até mesmo, controlar o processo (Arnstein's, 1969 apud Heeks et al., 2013).

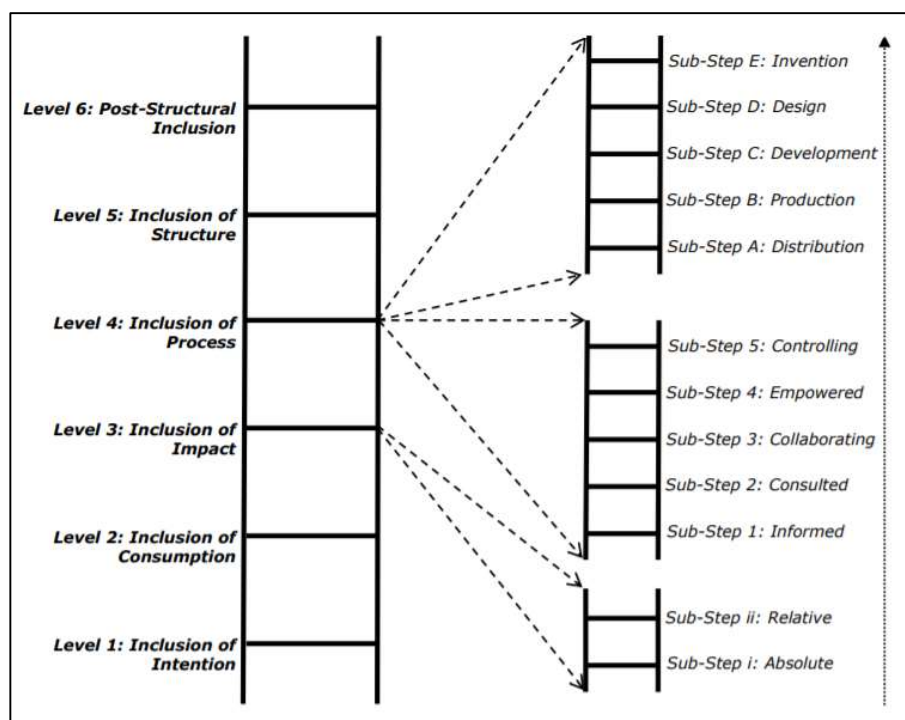


Figura 1: Escada da Inovação Inclusiva. Compreendendo os diferentes níveis de Inovação Inclusiva

Fonte: Heeks et al. (2013, p. 6)

2.1.2 Análise e integração das três abordagens

A partir da análise dessas três abordagens, percebe-se que as duas primeiras, de Inovação Social e de Empreendedorismo Social, estão focadas na criação e no desenvolvimento de novas soluções para problemas sociais abrangentes, tais como as mudanças climáticas, aumento das desigualdades e da pobreza, impacto do envelhecimento da população, desemprego em massa (Cunha et al., 2015), entre outros, que, segundo Patiño-Valencia et al. (2020) podem ou não envolver uma situação de exclusão social.

Já a última abordagem, de Inovações Inclusivas, foca-se na condição de exclusão de uma população específica (Patiño-Valencia et al., 2020). Ela se concentra em inovações, de produtos (bens ou serviços) ou processos produtivos (Heeks et al., 2013; Tartaruga, 2021a), direcionados a grupos marginalizados da população (Foster & Heeks, 2013) e na análise da participação desses grupos no processo de construção dessas inovações (Heeks et al., 2013).

Destaca-se, então, que as duas primeiras abordagens trazem o contributo da preocupação com as questões sociais na criação e no desenvolvimento de inovações – novas práticas, soluções e novos empreendimentos que visam superar tais problemas

sociais. A terceira abordagem, por sua vez, traz o contributo da análise sobre o grau de inclusão ou participação do grupo marginalizado no processo de construção de inovações que se voltam para eles (Escada das Inovações Inclusivas).

Como a inovação social abrange um processo de construção social e de geração de soluções que dependente de uma trajetória, a qual se desenvolve com “a participação dos beneficiários e dos atores da comunidade durante todo o projeto” (Bignetti, 2011, p. 7), é importante perceber de que forma e até que ponto os beneficiários dessas inovações participam nesse processo.

Para tanto, a Escada de Inovações Inclusivas pode representar uma importante ferramenta de análise sobre o grau de participação desses grupos no processo de desenvolvimento das iniciativas de inovação e empreendedorismo social. Assim, a combinação dessas três perspectivas auxiliará a perceber como as iniciativas de inovação social estão impactando na inclusão das populações com baixos rendimentos.

Na literatura científica, poucos são os estudos que abordam essas três perspectivas em conjunto. Uma pesquisa bibliográfica na base de dados da Scopus com os termos "social innovation" + "social entrepreneurship" + "inclusive innovation" retornou apenas 138 publicações em dezembro de 2021. Porém, entre elas, não foi identificado nenhum estudo que trouxesse a análise de iniciativas de inovação social ou de empreendedorismo social sob a perspectiva da escada de inovações inclusivas. Na Figura 2 é possível verificar a evolução das publicações envolvendo esses três termos ao longo do tempo.

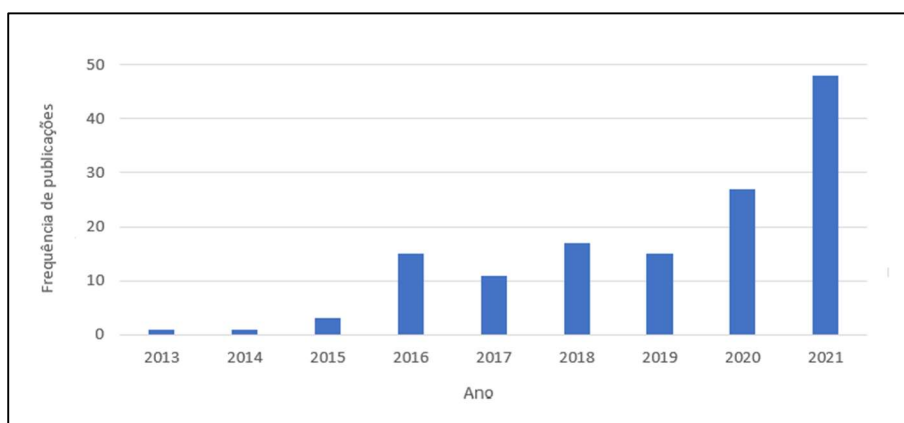


Figura 2: Frequência de publicações envolvendo os termos "social innovation"+"social entrepreneurship"+"inclusive innovation" na base Scopus.

Fonte dos dados: Scopus (dezembro, 2021).

Além disso, em Portugal, não foram localizados estudos que analisem como as iniciativas de inovação social da estratégia Portugal Inovação Social impactam na inclusão das populações com baixos rendimentos, nem estudos que analisem as iniciativas de inovação social a partir da perspectiva da escada de inovações inclusivas. Assim, além de suprir essa lacuna de estudo sobre o impacto dessas iniciativas, essa proposta de abordagem, representa, também, uma nova perspectiva de análise para perceber o nível de inclusão das populações na geração de soluções para os problemas que elas enfrentam.

2.2. O contexto Português

2.2.1. A pobreza em Portugal

Na literatura científica não há uma uniformidade de entendimento quanto à definição de pobreza, isso porque trata-se de um fenómeno complexo que tem diferentes significados para diferentes pessoas (Paes de Barros, 1992 apud Abreu, 2012). Sua compreensão parte da questão primária de não conseguir sustentar suas necessidades básicas em razão do baixo rendimento, passando por questões sobre o nível de rendimento absoluto ou relativo aceitável para tanto, até a abrangência de situações mais extremas de subnutrição, falta de acesso à água potável, energia elétrica e outras situações (Abreu, 2012).

Decerto que a pobreza se contrapõem à condição de bem-estar, uma questão básica está na identificação de pessoas que vivem nessa situação (Hagenaars & van Praag, 1985). Em Portugal, um dos principais indicadores oficiais de pobreza é a taxa de pobreza, ou “taxa de risco de pobreza” segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), e se refere à “percentagem de indivíduos com rendimento inferior a 60% do rendimento mediano (por adulto equivalente) observado no país num determinado ano” (Palos et al., 2021a, p. 10). Considerando-se, então, a forma de cálculo dessa taxa, o limiar de pobreza é relativo (Hagenaars & van Praag, 1985), varia anualmente (Palos et al., 2021a) e vem subindo nos últimos anos segundo dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR 2021). Em 2020, segundo o INE (Instituto Nacional de Estatística, 2021), o limiar da pobreza em Portugal correspondia a 6.653 euros anuais (cerca de 554 euros por mês).

A evolução da taxa de risco de pobreza (após transferências sociais) em Portugal entre 2003 e 2020 demonstra que, ano após ano, essa situação continua a afetar um número alto de pessoas. Em que pese as oscilações, seu valor mantém-se acima dos 15% e, na última

medição publicada pelo Instituto Nacional de Estatística até a data de elaboração do presente trabalho (realizada em 2021 sobre os rendimentos do ano anterior), alcançou os 18,4%, conforme pode ser observado nas Figuras 3 e 4.

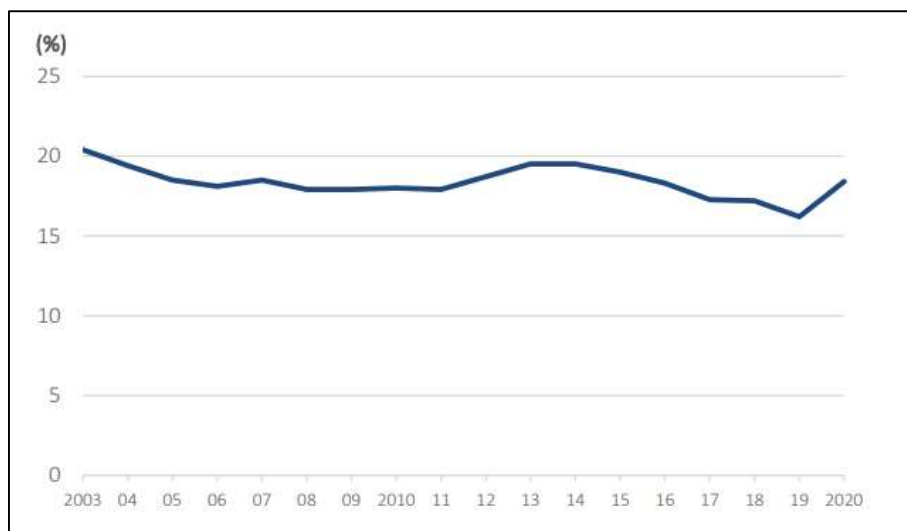


Figura 3: Taxa de risco de pobreza após tranferências sociais em Portugal entre 2003 e 2020

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2021, p. 2)



Figura 4: Taxa de risco de pobreza considerando tranferências sociais em Portugal, 2015-2020

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2021, p. 9)

Ressalta-se que, se forem considerados apenas os rendimentos do trabalho, de capital e de transferências privadas, conforme Figura 4, em 2020, 43,5% da população residente em Portugal estaria em risco de pobreza. Esse número cai para 23% quando são incluídos os

rendimentos provenientes de pensões de reforma e de sobrevivência. Por sua vez, as transferências sociais, relacionadas com incapacidade e doença, família, desemprego e combate à exclusão social contribuíram para reduzir o risco de pobreza em 4,6 pontos percentuais em 2020, levando a taxa para 18,4% (Instituto Nacional de Estatística, 2021). Ou seja, sem essas últimas transferências, o risco de pobreza afetaria mais de um quinto da população total do país ao longo dos últimos anos.

Além disso, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (2021), o risco de pobreza é maior entre os desempregados (46,5%) e outros inativos (30,8%), que juntos respondem a mais de 77% do grupo em risco em 2020, conforme Figura 6. Já entre a população empregada, o risco cai consideravelmente, representando 11,2% na última medição. Em 2020, o risco de pobreza para a população desempregada aumentou 5,8 pontos percentuais em relação ao ano anterior. A partir desses dados é possível perceber, então, que a situação de inatividade eleva o risco de exposição da população à pobreza.

Também nessa esteira, de acordo com a professora Isabel Guerra (Fonseca et al., 2021), os dados apontam que uma parte significativa da população portuguesa não vive do mercado de trabalho, mas sim das políticas públicas. Segundo a investigadora, isso por um lado reforça a importância do Estado e dessas políticas, mas por outro, sinaliza uma certa debilidade na inserção de parte das pessoas no mercado de trabalho (Fonseca et al., 2021).

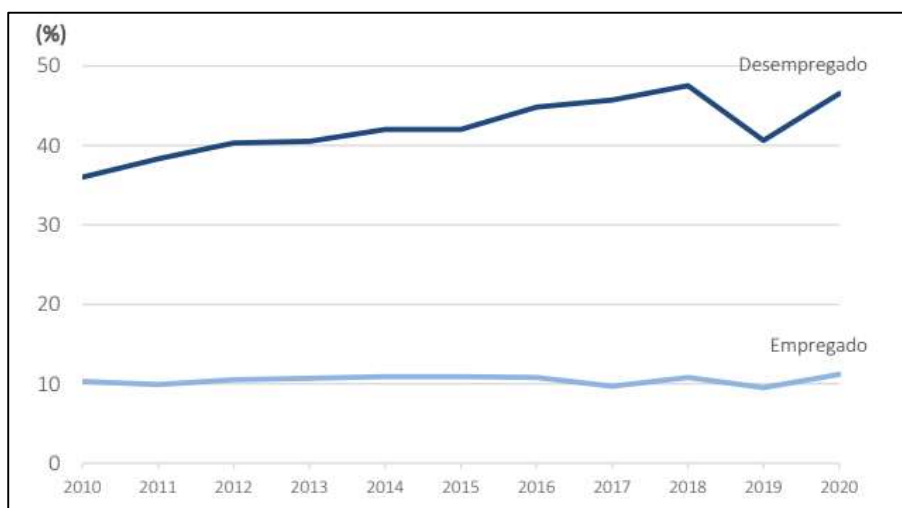


Figura 5: Taxa de risco de pobreza da população empregada e desempregada em Portugal entre 2010 e 2020.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2021, p. 5)

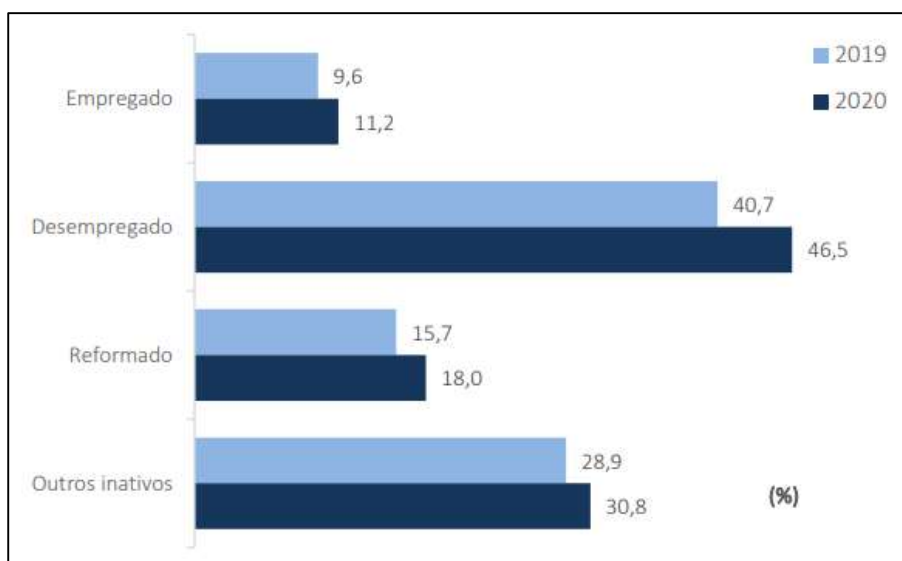


Figura 6: Taxa de risco de pobreza segundo a condição perante o trabalho em Portugal 2019-2020

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2021, p. 5)

Apesar de a taxa de risco de pobreza mostrar bem a extensão do problema, ela condensa poucas informações a respeito de sua diversidade (Palos et al., 2021a). Para buscar combater a pobreza é preciso perceber as diferentes formas em que esta se traduz, a fim de que possam ser encontradas medidas adequadas para auxiliar os diversos perfis específicos que ela atinge (Palos et al., 2021b). No mesmo sentido, Isabel Guerra destaca que, para além das análises estatísticas, é muito importante que a pobreza seja observada sob uma perspetiva qualitativa a fim de compreender mais profundamente esse fenómeno (Fonseca et al., 2021).

Dessa forma, num estudo quantitativo e qualitativo mais aprofundado acerca do tema em Portugal, Palos et al. (2021b) identificaram quatro perfis principais de pobreza: os reformados, os precários, os desempregados e os trabalhadores. Para chegar a esses perfis, de forma resumida, os estudiosos usaram os dados do INE, sobretudo o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR 2017), abrangendo indivíduos com 18 anos ou mais classificados em situação de pobreza, identificaram as variáveis mais significativas dentre esses indivíduos e realizaram análises estatísticas, tais como, análise de correspondências múltiplas e análise de clusters (Palos et al., 2021a, 2021b)

De forma sintética, os autores apontam que o primeiro grupo (Reformados) abrange pessoas reformadas, sobretudo com 65 anos ou mais, sem crianças no Agregado Doméstico Privado (ADP) (Palos et al., 2021b). Já o grupo dos Precários reúne “indivíduos em idade ativa, dependentes ou trabalhadores, em agregados sem baixa intensidade de

trabalho e indivíduos que vivem com os pais, inativos e solteiros, com menos de 65 anos” (Palos et al., 2021b, p. 65).

O terceiro grupo (Desempregados) abrange os desempregados (dois terços dos indivíduos – 61,1%) e inaptos para o trabalho, entre os 25 e os 64 anos, cuja principal fonte de rendimento dos ADP são as transferências sociais (Palos et al., 2021b). Por fim, o último perfil, dos Trabalhadores, reúne principalmente os “trabalhadores, casados/em união de facto com 25 a 64 anos, com crianças no ADP, cuja principal fonte de rendimento no ADP é o trabalho” (Palos et al., 2021b, p. 65).

O quadro 1 sintetiza as principais características dos perfis encontrados no estudo.

Nome do perfil	C1 27,5 %	C2 26,6 %	C3 13,0 %	C4 32,9 %
	Reformados	Precários	Desempregados	Trabalhadores
V. Individuais	Feminino	18-64 anos	45-64 anos	25-64 anos
	65+ anos	18-24 anos	Divorciados	Casados e alguns solteiros
	Casados e viúvos	Solteiros	Solteiros	
	Perfil menos escolarizado	Perfil mais escolarizado		
V. Família	2 adultos e 1 adulto	3 e mais adultos	Maioria dos agregados sem crianças	2 e 3 adultos
	2 adultos com +65 anos sem crianças e isolados	Outros agregados com crianças	Agregados com 3+ crianças	Com crianças
	0 crianças	Outros agregados sem crianças	Famílias monoparentais	
	Rural			
V. Trabalho	Não se aplica a baixa intensidade de trabalho	Desempregados, estudantes e doméstico(a)s	Desempregados e outros inativos	Empregados
	Reformados e doméstico(a)s	Alguns empregados	Quase sem trabalhadores	A baixa intensidade laboral não se verifica
	Principal fonte: Pensões	Agregados sem baixa intensidade laboral	Baixa intensidade laboral	Principal fonte: trabalho
		Principal fonte: trabalho e pensões	Principal fonte: Outras transferências sociais	

Nota: A negrito as modalidades de variável que apresentam valores iguais ou superiores a 80%.

Quadro 1: Resumo dos perfis

Fonte: Palos et al. (2021b, p. 56)

Após a segmentação dos perfis, na parte qualitativa e por meio de entrevistas semiestruturadas, o estudo se debruçou sobre a compreensão acerca dos elementos comuns e sua diversidade observados nesses grupos (Palos et al., 2021b). Essa segunda fase objetivou não só “contribuir para aprofundar a análise dos resultados e melhorar a

descrição dos perfis definidos” (Morse e Niehaus, 2009 apud Palos et al., 2021b, p. 63), como também buscou “compreender como vivem as pessoas em situação de pobreza em Portugal” e “conhecer as diferentes trajetórias e formas de viver e enfrentar a situação de pobreza” (Palos et al., 2021b, p. 63).

2.2.1.1. Reformados

Segundo os pesquisadores, “os reformados são pobres porque nasceram e cresceram em agregados familiares com recursos escassos” (Palos et al., 2021b, p. 108). Além disso, eles se constituem em antigos trabalhadores pobres, cuja condição de trabalho levou-os a uma condição de pobreza na reforma (Fonseca et al., 2021). O comum abandono precoce da escola e sua incorporação prematura ao universo do trabalho por meio de ofícios pouco qualificados, precários e mal pagos levaram-os a uma vida constrangida, marcada pela privação material e a certeza num futuro (próximo ou distante) semelhante ao seu presente (Palos et al., 2021b).

Muitos desses indivíduos “revelam situações de instabilidade e crises familiares, destacando-se a morte prematura de um dos progenitores. Ou de problemas de saúde destes com impacto no rendimento, a que se juntaram por vezes situações de violência familiar” (Palos et al., 2021b, p. 108). A escassez de recursos familiares marca, então, a abreviação do trajeto escolar e a necessidade de ingresso no mundo do trabalho durante a infância e a adolescência (Palos et al., 2021b).

O estudo também aponta que essas pessoas sempre trabalharam intensa e penosamente, ainda que não tenham tirado grandes proventos desse trabalho (Palos et al., 2021b). Além disso, muitos indivíduos relataram décadas de trabalho que contrastam com situações contributivas curtas, tardias e até mesmo inexistentes (Palos et al., 2021b). Essas trajetórias também sublinham empregos em carrossel, que abrangem períodos intensos de atividades laborais marcadas pela precariedade (sem estabilidade, com salários reduzidos, baixa qualificação, informais, penosos e até perigosos) conjugados com períodos de desemprego, e que não resultam na mudança do lugar social (Diogo, 2010; Palos et al., 2021b). Ademais, o acesso ao trabalho para esses indivíduos ocorria por meio da mobilização de redes de contacto e conhecimento pessoal em detrimento de outras práticas, que existem e são mais comuns atualmente, de pesquisa e candidatura a ofertas de trabalho por vias institucionais,

tais como escolas (incluindo as profissionais), centros de emprego ou serviços de ação social (Palos et al., 2021b).

As doenças crónicas não só elevam os gastos com medicamentos e outros encargos, como também levam ao abandono precoce do trabalho, agravando ainda mais a situação em razão de uma pensão de pequeno valor (sobretudo nos casos de invalidez) (Palos et al., 2021b). E apesar do reconhecimento acerca do valor reduzido das pensões, muitos reconhecem sua importância assumindo uma postura pragmática de “é melhor do que nada” (Palos et al., 2021b, p. 110). Nesse cenário, a amenização da situação de privação encontra apoio na pequena produção de alimentos para consumo doméstico e no suporte dos filhos e de familiares (Palos et al., 2021b).

Por fim percebe-se junto aos reformados pobres um certo estigma do assistido quando do acesso aos apoios sociais em que “a vergonha condiciona a ação dos indivíduos, sobretudo quando confundem a justa reivindicação de direitos com o favor prestado por uma qualquer forma de assistencialismo” (Palos et al., 2021b, p. 110). Além do mais, uma parte relevante (um terço dos entrevistados) afirmou não se reconhecer como pobre, tendo essa posição justificada a partir da comparação com o seu passado e com outros em pior situação – evidenciando uma confusão com um contexto de miséria como referência (de quem passa fome ou vive em situação de sem-abrigo) (Palos et al., 2021b).

2.2.1.2. Precários

Com relação ao grupo dos Precários, a definição de sua configuração se dá, “essencialmente, pela condição perante o trabalho: uns estão empregados e outros estão numa situação de dependência do seu agregado familiar pelo facto de serem estudantes, se encontrarem desempregados, exercerem trabalhos temporários, informais e sazonais, e trabalharem a tempo parcial de forma não voluntária” (Palos et al., 2021b, p. 111).

No que tange à escolarização, apesar de esse perfil apresentar indivíduos com habilitações literárias mais elevadas entre os quatro perfis (26,9% atingiram o Secundário e 6,6% o Superior) – o que ocorre particularmente em função de reunirem entrevistados mais jovens e do progressivo aumento da escolaridade obrigatória nas últimas décadas – ele também evidencia a existência de percursos escolares pouco consistentes e uma relativa desvalorização da escola entre os indivíduos (Palos et al., 2021b).

Assim, se por um lado, as dificuldades económicas familiares e a ausência de apoios financeiros levam a uma dissuasão dos planos de ingresso no Ensino Superior para alguns

indivíduos (apontando para um processo socialmente seletivo de acesso ao mesmo, dada a sua não gratuidade e a escassez de apoios do Estado), por outro, também é patente nesse grupo uma abreviação do percurso escolar que ocorre por causa do ingresso precoce no universo do trabalho – frequentemente ainda na infância (Palos et al., 2021b).

Nesse prisma, o abandono escolar precoce é mais evidente entre os mais velhos que justificam tal situação em razão de diferentes fatores, entre os quais: dificuldade económica familiar, inadaptação escolar, necessidade de emigração em busca de melhores condições de vida, assunção do papel de cuidadores informais de familiares, dificuldades em prosseguir com a escolarização ou com a aprendizagem de um ofício na adolescência, e até mesmo, a vontade de ingressar rapidamente no mercado de trabalho (Palos et al., 2021b).

Em que pese a não continuidade dos estudos em idade ideal, a fim de melhorar suas qualificações escolares ou profissionais, alguns desses indivíduos regressaram ao sistema de educação e formação já adultos (Palos et al., 2021b). Algumas dessas formações ocorrem no âmbito de programas que integram políticas públicas ativas de emprego (Palos et al., 2021b). Entretanto, observa-se “uma tendência para a acumulação de cursos profissionais sem que essa formação se traduza numa integração qualificada e permanente no mercado de trabalho” (Furlong e Cartmel, 1997 apud Palos et al., 2021b, p. 119), seja porque tais formações não encontram correspondência nas categorias socioprofissionais existentes e demandadas pelo mercado de trabalho ou porque a flexibilização do mercado tem feito emergir condições de emprego precárias, que não condizem com a formação profissional adquirida (Palos et al., 2021b).

Aliás, como já dito, a precariedade marca fortemente as relações de trabalho nesse perfil. A trajetória de emprego em carrossel também é assente nesse grupo e os indivíduos utilizam principalmente as redes interpessoais (pais e amigos) para buscar emprego (Palos et al., 2021b). Entretanto, ainda que em menor escala, observam-se algumas estratégias individuais nessa procura (resposta a anúncios e busca em fábricas locais), porém praticamente não há envolvimento dos serviços sociais e centros de emprego na procura, o que reflete, segundo Palos et al. (2021b), na qualidade das atividades conseguidas.

Outro ponto de destaque é a não percepção da condição de pobreza por cerca de metade dos entrevistados, que pautam essa afirmação na comparação com situações piores do que as que vivenciam – relativas a outras pessoas ou ao próprio passado (Palos et al., 2021b). Além disso, essas pessoas revelam uma postura de aprendizagem (adaptação e habituação à forma de viver e estar nessa condição de pobreza) e de resignação (aceitação

desse modo de vida, entendendo-o como inevitável) que podem limitar sua capacidade de ação e de mobilização para protestar e mudar suas condições de vida (Lötter, 2011 apud Palos et al., 2021b e Palos et al., 2021b).

2.2.1.3. Desempregados

Em que pese a idade ativa, os indivíduos desse perfil situam-se maioritariamente em situação de desemprego e encontram em “outras transferências sociais” a principal fonte de rendimentos do agregado familiar (Palos et al., 2021b). Tais transferências não incluem pensões de sobrevivência ou de velhice, mas abrangem os subsídios relacionados ao desemprego, o Rendimento Social de Inserção (RSI), medidas ativas de emprego (estágios profissionais e programas ocupacionais) e pensões por invalidez (Palos et al., 2021b).

À semelhança do perfil anterior, a busca de emprego para esse grupo se dá principalmente por meio da rede de relações sociais (familiares, amigos e vizinhos) e por meio de iniciativas individuais, nomeadamente, pela resposta a anúncios de jornal (Palos et al., 2021b). Entretanto, os indivíduos desse perfil apresentam uma relação mais próxima e intensa com os serviços de apoio social ao emprego, o que evidencia também um maior envolvimento em estratégias institucionais de acesso ao mesmo (Palos et al., 2021b).

Uma dessas estratégias diz respeito, por exemplo, a contratos de curta duração (um ano) com o Estado que podem ocorrer por meio de programas ocupacionais (Palos et al., 2021b). Apesar de para alguns essa ser a experiência profissional com maiores direitos e estabilidade em sua vida profissional, esses programas são vistos como uma zona intermédia entre emprego e desemprego, uma vez que nesses casos “os indivíduos trabalham mas não estão exatamente num emprego” (Palos et al., 2021b, p. 157).

Se por um lado tais experiências evidenciam o papel crucial do Estado na mitigação de situações de grande pobreza por meio de transferências sociais, por outro, elas revelam também a exposição dessas pessoas a situações laborais precárias, pois “estão condicionadas à prestação de algum tipo de trabalho, mas sem que seja reconhecido como um emprego nem dê garantias de acesso a um emprego” (Palos et al., 2021b, p. 157).

Apesar de distintos dos programas ocupacionais, também estão nessa zona intermédia as bolsas de formação e os biscates realizados por esses indivíduos (Palos et al., 2021b). Assim, a precariedade é assente nesse grupo que evidencia, entre a maioria de seus membros, uma trajetória de emprego em carrossel marcada por um grande número de atividades laborais de curta duração, intercaladas com períodos de desemprego ou de não

emprego e dedicação a outras atividades (sobretudo as mulheres que assumem a condição de domésticas, formandas e até reformadas a intercalar com trabalho) (Palos et al., 2021b).

Esse grupo revela também um baixo nível de escolarização com histórias de abandono escolar precoce por razões semelhantes as que ocorrem em outros perfis. Porém, a condição de desemprego leva uma parte relevante dessas pessoas a regressar ao sistema de ensino e formação no âmbito de políticas ativas de emprego (Palos et al., 2021b).

Acerca das experiências formativas realizadas, apresentam-se opiniões diversas que evidenciam o alcance limitado de tais processos formativos na condição de desemprego: alguns colocam neles “elevadas aspirações e expectativas face ao impacto que poderão ter no desenvolvimento de competências e na criação de oportunidades de inserção profissional futura”; já “outros salientam o carácter compulsivo destas formações e a forma como foram coagidos, através das estruturas oficiais, a enveredar por formações nem sempre significativas, tendo em conta a sua experiência de vida”; enquanto outros são críticos quanto ao “impacto que os cursos frequentados produzem na qualificação e reconversão profissional e na criação de oportunidades de emprego” (Palos et al., 2021b, p. 153 e 154). Há ainda alguns que ressaltam “as dificuldades sentidas no acompanhamento das formações disponibilizadas”, sobretudo “entre os entrevistados com muito baixas qualificações escolares”; e, por fim, há pessoas que “valorizam o lado convivial que a formação permite e a oportunidade de criação de redes de sociabilidade que obstam ao isolamento social que a situação de desemprego produz” (Palos et al., 2021b, p. 154).

Os três D's da pobreza – desemprego, doença e divórcio – merecem destaque nesse perfil (Palos et al., 2021b). Além da situação de desemprego já relatada, dois terços desses indivíduos apontam que eventos de doença pessoal ou de familiares (presentes ou passados) tiveram impacto negativo em suas vidas (Palos et al., 2021b). O divórcio, por sua vez, aparece para alguns como uma rutura que leva ao ingresso na pobreza ou como um evento que agrava o seu contexto financeiro (Palos et al., 2021b). Assim, apesar de cerca de metade dos entrevistados afirmar que vive em situação de pobreza, quantidade superior a dos outros perfis, a maioria não vê essa condição em toda ou na maior parte de sua história (Palos et al., 2021b). Para eles, foram os eventos desestruturadores que levaram-os maioritariamente a essa condição.

2.2.1.4. Trabalhadores

A pobreza no trabalho encontra na literatura duas abordagens, que apesar de analiticamente distintas, estão intimamente relacionadas do ponto de vista empírico: a primeira corresponde a “uma dimensão individual, que identifica a pobreza no trabalho como os trabalhadores com baixos salários, trabalhadores que se situam abaixo de um dado limiar da mediana de rendimento do país”, enquanto a outra faz referência “às características dos agregados familiares, sendo os trabalhadores pobres indivíduos que vivem em agregados familiares com um rendimento total abaixo (...)” desse limiar, dando ênfase então à “(...) estrutura do agregado familiar (o número de crianças dependentes, o número de membros angariadores de rendimento, etc.)” (Filandri e Struffolino, 2019 apud Palos et al., 2021b p. 179).

O estudo de Palos et al. (2021b) baseou-se na metodologia usada no ICOR, portanto privilegia a abordagem que associa a pobreza no trabalho às características do agregado, mas sem perder de vista a dimensão individual que marca esses trabalhadores pobres. Assim, os estudiosos destacam, nesse perfil, um conjunto de fatores ligados às necessidades, aos recursos e às restrições dos indivíduos e de suas famílias que influenciam o risco de pobreza (Lohmann, 2008 apud Palos et al., 2021b).

No que tange às necessidades, destacam-se fatores impostos pelas estruturas familiares, como, por exemplo, um grande número de pessoas (crianças, jovens, adultos) que dependem de uma reduzida quantidade de provedores no agregado familiar (Palos et al., 2021b). É comum, nesse perfil, a existência de agregados muito numerosos e a origem, dessas pessoas, em outras famílias também numerosas (Palos et al., 2021b).

Já os fatores que dizem respeito aos recursos são aqueles que “influenciam a participação no mercado de trabalho (nomeadamente educação, experiência profissional e ocupação)” (Palos et al., 2021b, p. 180). Desse modo, percebe-se junto a esses indivíduos uma baixa escolaridade (74,2% tem o Ensino Básico ou inferior) que é marcada por uma saída precipitada da escola e um ingresso precoce no mundo do trabalho, por motivos semelhantes aos já referenciados nos perfis anteriores (Palos et al., 2021b).

A baixa escolarização encontra reflexo nos empregos menos valorizados que exercem, e cuja remuneração normalmente é baixa (Palos et al., 2021b). Embora a maior parte dos entrevistados estivesse em empregos formais e estáveis, nesse perfil também se observam, em menor escala, trajetórias de emprego em carrossel, marcadas pela instabilidade, precariedade e desemprego (Palos et al., 2021b). Os indivíduos que retornam aos processos formativos posteriormente, sobretudo em razão de períodos de desempregos reincidentes,

destacam que essas formações tiveram pouco impacto em suas vidas profissionais por motivos semelhantes aos apontados pelos Desempregados (Palos et al., 2021b).

A terceira perspectiva corresponde às “restrições ou constrangimentos à participação no mercado de trabalho”, que abrange, por exemplo, obrigações de cuidados com outros indivíduos dependentes no agregado (Palos et al., 2021b, p. 180). Nesse perfil, assim como em outros, observa-se que inexistência de infraestruturas de apoio às crianças ou pessoas com necessidades especiais a custos acessíveis leva a histórias de abandono do mercado de trabalho, de trajetos educacionais ou de inserção em trabalhos a tempo parcial para cuidar desses familiares (Palos et al., 2021b).

Percebe-se, portanto, que embora tenham um trabalho, há fatores de dimensão individual e coletiva que acabam por levar esses indivíduos a uma condição de pobreza. No plano individual estão as baixas qualificações aliadas aos baixos salários alcançados em empregos desvalorizados socialmente, enquanto na dimensão coletiva está a estrutura familiar com diversas pessoas a depender de um único provedor, numa situação e “desemprego familiar” (Palos et al., 2021b).

2.2.1.5. Síntese dos perfis

A análise resumida dos perfis permite compreender que a pobreza não é uma obra dos pobres, mas das circunstâncias e do sistema criado em torno deles (Palos et al., 2021a, 2021b; Yunus, 2000). A pobreza no país assume, muitas vezes, um processo de reprodução intergeracional que Palos et al. (2021a, p. 23) designam por “pobreza tradicional” em que as pessoas crescem em contextos de certa privação que condicionam, “à partida, as suas oportunidades de vida, nomeadamente contribuindo para antecipar a sua saída da escola e a entrada no mercado de trabalho, assim ingressando em empregos pouco qualificados.”. Tal condição de privação em alguns casos já correspondia à situação de vida dos progenitores quando do nascimento desses indivíduos, enquanto em outros emerge a partir de eventos que desestruturam as circunstâncias de vida familiar (violência, morte, abandono, doença etc.) (Palos et al., 2021a).

O baixo rendimento familiar condiciona então a vida dessas pessoas, levando-as um contexto de privação. A partir desse estudo, observa-se que cada família tem a sua história de como obtém um baixo rendimento e de como é a vida nessa condição para eles (Palos et al., 2021b). Ainda que tenham comparações com situações piores que as que vivenciam atualmente, sendo comum a confusão com o contexto de pobreza extrema, os indivíduos

relatam situações financeiras bastante justas, inclusive com manobras para dar conta dos compromissos, como, por exemplo, deixar de pagar uma conta para pagar outra ou recorrer a familiares e amigos para pedir ajuda ou empréstimos. (Palos et al., 2021b).

Em termos numéricos, conforme observado nas Figuras 5 e 6, o risco de pobreza é maior entre os desempregados, os inativos e os reformados, sendo os empregados aqueles que são menos afetados. Porém, como já foi visto também, a condição de se ter um trabalho (até mesmo um emprego) não garante a saída da situação de pobreza. Isso ocorre, segundo Palos et al. (2021a), em função dos baixos rendimentos e da situação de “desemprego familiar” em que diversos membros do agregado dependem de um só indivíduo como provedor ou desse e de mais um cônjuge.

Os problemas em torno dessa situação são complexos e requerem mudanças profundas em políticas e estruturas que apoiam as famílias que vivem nessa condição. Como visto, muitas pessoas vivenciam condições de trabalho instáveis e precárias. Algumas precisam deixar o trabalho para prestar apoio a familiares, não conseguem concluir seus percursos formativos por falta de recursos, desinteresse, auxílio à família, entre outros motivos vistos. E mesmo as que voltam às formações, dentro dos programas públicos de incentivo ao emprego, não vêem significado e impacto na recondução ao mercado de trabalho.

Além disso, em todos os perfis há um certo conformismo com a sua própria situação, e, com exceção de alguns mais jovens e mais qualificados, não há grande expectativa de mudança das condições em que se encontram (Palos et al., 2021b). De certa forma, a pobreza é um resultado de uma relação entre as necessidades que são sentidas e as oportunidades de as satisfazer (Fonseca et al., 2021). Os pobres são pessoas iguais a qualquer outro ser humano, mas carecem do apoio da sociedade (Yunus, 2000). Assim, as políticas públicas não devem conceder apenas benefícios materiais, com um novo subsídio por exemplo, mas devem visar dar novas oportunidades (Fonseca et al., 2021) que auxiliem essas pessoas a sair dessa condição.

Diante do exposto, é possível perceber a necessidade primária que essas famílias têm de aumentar o rendimento no seio do seu agregado e resolver situações de desemprego familiar. Nesse sentido, medidas que estimulem ou apoiem a geração ou o aumento dos rendimentos familiares são bem-vindas, assim como medidas que incentivem o emprego ou o empreendedorismo junto aos desempregados. Quando somos capazes de ler as necessidades e gerar as oportunidades, vale a pena verificar o que funciona para auxiliar essas pessoas a sair desse contexto (Fonseca et al., 2021).

2.2.2. Portugal Inovação Social

Em 2014, Portugal estabeleceu um Acordo de Parceria com a União Europeia que definiu as prioridades de utilização dos fundos comunitários europeus no período de 2014 a 2020. Esse acordo, denominado Portugal 2020, evidenciou a política portuguesa de estímulo ao desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial, e planejou os investimentos, intervenções e prioridades de financiamento e uso dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) no período, a fim de viabilizar o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo do país (Governo de Portugal, 2014). O Acordo também identificou a inovação e o empreendedorismo social como áreas fundamentais a serem apoiadas pelos FEEI no período de 2014-2020 (Almeida & Santos, 2017).

Os FEEI são cinco – Fundo Social Europeu (FSE), Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo de Coesão (FC), Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) – e juntos somam 25 mil milhões de euros para investimento em quatro domínios temáticos: Competitividade e Internacionalização, Inclusão Social e Emprego, Capital Humano, e Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (Governo de Portugal, 2014). A gestão e operação dos recursos desses fundos no Portugal 2020 se dá por meio de 16 Programas Operacionais.

A criação da iniciativa Portugal Inovação Social foi negociada com a Comissão Europeia durante o processo de concepção e programação do Portugal 2020. Nesse contexto, a Estrutura de Missão Portugal Inovação Social (EMPIS) foi constituída com o objetivo de gerir e coordenar tecnicamente a execução da iniciativa Portugal Inovação Social. Tanto a Estrutura como a iniciativa foram criadas pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 73-A/2014, de 16 de dezembro, que foi alterada posteriormente por outras três RCM: n.º 74/2016, de 25 de novembro, n.º 157/2017, de 19 de outubro, e n.º 177/2018, de 18 de dezembro (Portugal Inovação Social, 2019b).

Segundo a Resolução do Conselho de Ministros 73-A/2014 (2014), essa medida do governo português traz em seu bojo o reconhecimento da importância do papel do terceiro setor no país, além da busca pela promoção do maior envolvimento da sociedade civil e do estímulo ao surgimento de novas soluções e novos modelos de intervenção capazes de gerar respostas inovadoras para os problemas sociais e questões societárias em áreas de política pública, tais como na saúde, educação, justiça e igualdade de género.

Para a Portugal Inovação Social dinamizar e promover o investimento social no país, inicialmente, foram destinados 150 milhões de euros do Fundo Social Europeu (FSE) (Portugal Inovação Social, 2019b). Esses recursos são mobilizados e disponibilizados conforme a natureza da iniciativa apoiada pela Portugal Inovação Social e originam-se nos seguintes Programas Operacionais: PO Inclusão Social e Emprego (POISE), PO Capital Humano (POCH), PO Competitividade e Internacionalização (COMPETE2020), PO Regional do Algarve (CRESC ALGARVE) e PO Regional de Lisboa (LISBOA2020). As regras de aplicação das verbas e os PO pertinentes a cada candidatura são detalhados nos editais de abertura de concorrência aos instrumentos de financiamento da Portugal Inovação Social (Freitas, 2020).

Assim, a iniciativa Portugal Inovação Social abrange quatro instrumentos de financiamento que se orientam cada um a uma determinada fase do ciclo de vida de um projeto de inovação social, dando resposta às necessidades de financiamento em diferentes fases de sua maturidade, desde os primeiros passos até iniciativas mais avançadas (Portugal Inovação Social, 2019c). Esses quatro instrumentos são: Capacitação para o Investimento Social, Parcerias para o Impacto, Títulos de Impacto Social e o Fundo para a Inovação Social. Esses instrumentos serão detalhados a seguir, a partir de informações obtidas no *site* da Portugal Inovação Social¹.

O instrumento de Capacitação para o Investimento Social financia o desenvolvimento de competências de gestão nas equipas e organizações que estão a implementar projetos de inovação social. Esse instrumento atribui um montante fixo não reembolsável até um máximo de 50.000 € para financiar um Plano de Capacitação da entidade da economia social (Associações, Cooperativas, Fundações, IPSS, etc.). Para concorrer ao financiamento, a instituição deve apresentar previamente um Diagnóstico de Necessidades de Capacitação elaborado por uma entidade independente. O montante – que pode ser usado na contratação de serviços de mentoria, consultoria formativa ou ações de formação certificadas – é contratualizado e pago com base no resultado do processo de capacitação.

As Parceiras para o Impacto financiam a criação, o desenvolvimento ou o crescimento de projetos de inovação social em parceria com investidores sociais públicos ou privados. Esse instrumento visa o alcance de maior escala e impacto dos projetos sociais, e financia 70% das necessidades do Plano de Desenvolvimento do projeto por meio de subvenção

¹ Os quatro parágrafos seguintes foram redigidos com base nas informações disponíveis no *website* da Portugal Inovação Social em 27 de abr. de 2022: <https://inovacaosocial.portugal2020.pt/>

não reembolsável enquanto os outros 30% devem ser financiados por um ou mais investidores sociais.

Já os Títulos de Impacto Social financiam projetos inovadores que atuam em áreas prioritárias de política pública e que se propõem a alcançar determinados resultados sociais mensuráveis. Assim, mediante a contratualização de pagamento por resultados, os indicadores, as metas e os resultados sociais a atingir são definidos na candidatura e validados pela entidade pública responsável pela política setorial. Esses projetos são implementados por uma ou mais entidades privadas com o financiamento de um ou vários investidores sociais, e se os resultados contratualizados foram alcançados, os investidores sociais recebem o reembolso integral dos valores investidos.

Por fim, o Fundo para a Inovação Social (FIS) consiste num fundo autónomo de investimento de impacto que visa apoiar as Pequenas e Médias Empresas (PME) e entidades da economia social implementadoras de IIES que tenham sustentabilidade financeira para posterior reembolso dos investimentos (Decreto-lei 28/2018, 2018). O FIS contempla dois instrumentos financeiros: o FIS Crédito e o FIS Capital. Por meio da prestação de contragarantias e garantias a instituições de crédito, o FIS Crédito possibilita a concessão de empréstimos àquelas entidades para que elas financiem as suas IIES com condições mais vantajosas que as habituais do mercado. Já o FIS Capital é voltado para permitir que as PME's de economia social recebam coinvestimentos de Business Angels, Fundos de Capitais de Risco, PME's, Fundações, entre outros. O investimento do Fundo segue os mesmos termos e condições que o investimento dos coinvestidores privados (IAPMEI, 2020), e são disponibilizadas a esses opções de compra durante os primeiros 6 anos de investimento.

Percebe-se que os instrumentos de financiamento da Portugal Inovação Social surgem como importantes fontes de estímulo ao investimento social no país. Segundo Almeida e Santos (2017), esse segmento do setor financeiro movimenta bilhões em todo o mundo e emerge com a possibilidade de financiamento das inovações sociais por meio da venda dos produtos ou serviços relacionados à elas no mercado ou da negociação dos resultados de impacto com o setor público e filantrópico. O investimento social está associado, portanto, ao uso de recursos financeiros para ajudar as organizações sociais a melhorar sua capacidade de gerar impacto social ou ambiental positivo, juntamente com um retorno financeiro (Maduro et al., 2018).

É nessa seara que a iniciativa pública portuguesa, pioneira na Europa, tem um caráter inovador a nível de política pública integrada de apoio à promoção da inovação e empreendedorismo social. A partir dos instrumentos que dinamizam o mercado de investimento social no país, o governo português busca promover novas respostas para os problemas sociais existentes com a participação e integração da sociedade civil organizada e de diversos agentes económicos e políticos nesses processos (Almeida & Santos, 2017).

Percebe-se, portanto, que a iniciativa portuguesa adota um modelo de intervenção pautado pelos princípios da inovação social, referenciado acima por Parente e Quintão (2014), ao trabalhar com pessoas, em rede e parcerias. O Estado atua no fomento à intervenção articulada da sociedade civil na resolução dos seus próprios problemas e dos agentes privados no financiamento destas iniciativas e há um “incentivo ao desenvolvimento de parcerias que visem a prestação de serviços públicos com elevado impacto social e com modelos cada vez mais eficientes, valorizando formatos de pagamento por resultados” (Almeida & Santos, 2017, p. 461). Assim, em vez de se concentrar em uma abordagem de cima para baixo na concepção de modelos de prestação de serviços ou na prestação direta de tais serviços, os instrumentos de financiamento da Portugal Inovação Social possibilitam uma mudança de foco do Estado para os resultados reais que esses serviços proporcionam (Maduro et al., 2018).

Segundo Almeida e Santos (2017), dois dos presidentes da EMPIS, o financiamento é focado em projetos que visem gerar inovação social e que sejam estruturados sobre conceitos já validados em menor escala no país ou no exterior. Dessa forma, o apoio é concedido às Iniciativas de Inovação e de Empreendedorismo Social (IIES), que são projetos de inovação social incubados em organizações já existentes ou que levam à constituição de uma nova organização com missão social e que realizam intervenções sobre os problemas sociais de forma distinta das respostas tradicionais, com impacto social e eficiência no uso de recursos (Almeida & Santos, 2017).

As IIES são criadas, desenvolvidas e implementadas por organizações sociais empreendedoras com o apoio de outros agentes públicos e privados. Tomando como base os ensinamentos Bikse et al. (2015), Hespanha et al. (2015) e Martin e Osberg (2007), elas constituem-se numa forma de intervenção por meio da qual uma ou mais organizações em conjunto buscam solucionar problemas sentidos por grupos sociais desfavorecidos, criando valor social com uma solução inovadora que gera um benefício transformacional em escala não só para um segmento significativo da sociedade como também para a sociedade em

geral. Assim, há nas organizações e pessoas que criam e desenvolvem essas Iniciativas um caráter de empreendedorismo social.

A nível de números e resultados, segundo informações obtidas em maio de 2022 no *site* da Portugal Inovação Social (2019d), já foram financiados 623 projetos com recursos que ultrapassam os 130 milhões de euros, dos quais 42 milhões provêm de investimento social enquanto 90 milhões são do Portugal 2020. Cerca de 825 investidores sociais apoiam esses projetos, sendo que a maioria é constituída por empresas privadas (476) e municípios (167).

Esses recursos são distribuídos em projetos das cinco regiões (Norte, Centro, Alentejo, Algarve e Lisboa) e também em projetos Multi-região. As áreas de intervenção dos projetos são oito: Cidadania e Comunidade; Educação; Emprego; Inclusão Digital; Inclusão Social; Incubadoras de Inovação Social; Justiça e Saúde. Destaca-se que a região Norte é a que conta com a maior parte dos recursos e de projetos financiados (253 projetos e quase 50 milhões de euros), e os projetos no domínio da Inclusão Social são os que receberam mais recursos (mais de 40 milhões) e têm maior representatividade (260 projetos, o que corresponde a 42% do total) (Portugal Inovação Social, 2019d).

Tais números dizem respeito aos recursos investidos nos instrumentos de Capacitação para o Investimento Social, Parcerias para o Impacto e Títulos de Impacto Social. O Mapa Interativo da Inovação Social não traz os dados do Fundo para a Inovação Social (FIS) que é um instrumento autónomo financiado pelo COMPETE 2020 e gerido pelo Banco Português de Fomento. Na Figura 7 é apresentado o Mapa Interativo disponibilizado no *site* da Portugal Inovação Social e utilizado na busca e seleção das IIES analisadas na parte empírica dessa investigação, conforme detalhado a seguir.

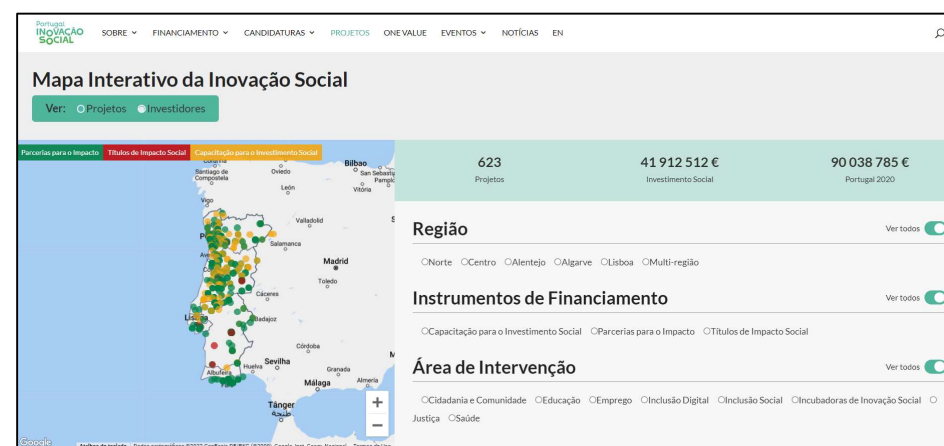


Figura 7: Mapa Interativo da Inovação Social

Fonte: Portugal Inovação Social (2019d)

3. Estudo Empírico

3.1. Apresentação da metodologia de pesquisa

A pesquisa qualitativa é uma metodologia de investigação na qual os pesquisadores buscam compreender da melhor forma o objeto em questão a partir da coleta de dados por intermédio de atividades interpretativas interconectadas (Denzin & Lincoln, 2011). Ela “encontra a sua principal vocação na construção de representações precisas dos fenômenos sociais” (Cardano, 2017, p. 15), utilizando-se, para tanto, de métodos que resultam num relato narrativo ou descritivo de um cenário ou de uma prática (Parkinson & Drislane, 2011 apud Guest et al., 2012).

Segundo Guest et al. (2012), os métodos de investigação qualitativa são frequentemente utilizados para responder aos “porquês” e “como” acerca do comportamento humano – informação difícil de obter através de métodos com uma orientação mais quantitativa para a recolha de dados. Esse tipo de pesquisa contribui para geração de novos conhecimentos e para a construção da teoria, mas o seu foco principal é a recolha e geração de dados para promover a nossa compreensão acerca dos problemas do mundo real (Guest et al., 2012).

Considerando-se então a questão de investigação e os objetivos do estudo, que visam aprofundar o entendimento sobre **como** as iniciativas de inovação social impactam na inclusão das populações de baixo rendimento no país, justifica-se a escolha de uma investigação qualitativa para realização do estudo empírico. Além disso, a escolha por essa metodologia de investigação também está em linha com os ensinamentos de Gonçalves et al. (2021, p. 23) que evidenciam seu uso quando:

“Um problema ou questão precisa de ser explorado; É necessário um entendimento complexo e detalhado do problema; Queremos capacitar indivíduos a partilharem as suas histórias e a fazerem ouvir as suas vozes; Se pretende entender os contextos ou cenários em que os participantes de um estudo abordam um problema ou questão; (...) Se ajusta o recurso à investigação qualitativa para desenvolver teorias quando as existentes são parciais ou inadequadas para determinada realidade ou quando as teorias existentes não capturam adequadamente a complexidade do problema.”

Assim, a pesquisa qualitativa é útil quando há necessidade de aprofundar o conhecimento sobre os contextos sociais naturais (Gonçalves et al., 2021), pois consiste numa atividade situada que localiza o observador no mundo a partir de um conjunto de práticas materiais e interpretativas que tornam esse mundo visível (Denzin & Lincoln, 2011). Essas práticas – que abrangem notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações – transformam o mundo em uma série de representações que permitem que a

investigação qualitativa compreenda uma abordagem interpretativa e naturalista desse universo (Denzin & Lincoln, 2011).

Na investigação qualitativa, o estudo de caso apresenta-se como um método útil para o investigador quando se pretende desenvolver uma pesquisa exploratória sobre o objeto (Ventura, 2007) a fim de gerar descobertas a partir de casos individuais (Fidel, 1984). Esse método é útil para examinar acontecimentos contemporâneos sobre os quais o investigador tem pouco ou nenhum controle (Yin, 2001) e estabelecer análises comparativas acerca de diferentes contextos em que é necessário compreender comportamentos e concepções dos indivíduos (Ventura, 2007).

Além de possibilitar a busca circunstanciada de informações (Ventura, 2007), o estudo de caso permite observar e analisar uma variedade de fatores e relacionamentos existentes entre eles a fim de identificar a sua importância, seu contraste e/ou semelhança (Fidel, 1984; Ventura, 2007; Yin, 2001). Para delinear o estudo de caso, identificam-se quatro fases principais: delimitação da unidade-caso; coleta de dados; seleção, análise e interpretação dos dados e elaboração do relatório (Ventura, 2007).

A primeira fase consiste em delimitar a unidade que constitui o caso capaz de fornecer os dados suficientes para se chegar à compreensão do objeto de investigação como um todo (Ventura, 2007). Nessa fase é importante definir se o estudo será baseado em um único caso ou em casos múltiplos (Ventura, 2007; Yin, 2001). No primeiro tipo, o estudo foca numa unidade (como por exemplo, um caso clínico de doença rara num indivíduo), já no segundo são realizados vários estudos em simultâneo, com vários indivíduos, várias organizações ou vários projetos, por exemplo (Ventura, 2007).

Segundo Yin (2001), o caso único é usado quando se trata de um caso raro ou extremo, quando é decisivo no teste de uma determinada teoria ou quando se trata de um caso revelador (uma oportunidade singular de observância e análise de um fenómeno até então inacessível à investigação científica). Já os casos múltiplos são mais robustos e, em geral, produzem provas mais convincentes que os estudos de caso únicos (Yin, 2001).

Diante do exposto e da questão de investigação já colocada, optou-se pela realização de um estudo de caso múltiplo de natureza holística, ou seja, no qual examina-se a natureza global de cada um dos projetos (Yin, 2001). Assim, o trabalho foi desenvolvido a partir do estudo de duas IIES, desenvolvidas no âmbito da Portugal Inovação Social, que apresentassem soluções inovadoras com alguma oportunidade com potencial de auxiliar a superar uma situação de pobreza e exclusão social, nomeadamente, atuando sobre a

questão da inatividade e do desemprego, pois, como visto anteriormente, esses são fatores que colaboram para a situação de pobreza individual e familiar. O processo de seleção dos projetos está detalhado no item 3.1.1. Ressalta-se ainda que a investigação restringiu-se a dois projetos em função do tempo e dos recursos disponíveis para a pesquisa.

Para realizar a coleta de dados, as técnicas utilizadas foram a análise documental e a realização de entrevistas exploratórias semiestruturadas, além de visita às instalações de um dos projetos. A análise documental abrangeu documentos públicos acerca dos projetos selecionados (entre os quais relatórios, apresentações, *websites*, redes sociais, matérias jornalísticas, entrevistas, depoimentos e vídeos), além de materiais compartilhados pelos responsáveis pelos projetos (relatórios e apresentações). Já as entrevistas foram realizadas com empreendedores sociais que criaram e/ou implementaram as iniciativas selecionadas e com indivíduos atendidos dos projetos (participantes), que foram indicados pela equipa do mesmo.

As entrevistas foram realizadas de forma presencial no período de maio a junho de 2022, conforme a disponibilidade dos participantes. Além disso, um participante solicitou responder o questionário por *e-mail*. A Tabela 1 consolida os dados do processo de entrevistas. O questionário base utilizado nas mesmas está disponível nos anexos 1 e 2. Entretanto, por se tratar de entrevistas semiestruturadas, buscou-se durante o decurso das mesmas dar liberdade aos entrevistados para colocarem suas perspectivas e trazerem outros pontos significativos acerca da história, do desenvolvimento e do impacto dos projetos.

Assim, os itens 3.2. Apresentação dos Projetos e 4. Análise e discussão dos Resultados apresentados abaixo baseiam-se na análise, interpretação e cruzamento dos dados coletados nas entrevistas (que foram gravadas quando autorizadas) e em documentos acerca dos projetos selecionados para estudo.

	Tipo	Projeto	Atividade que exerce	Duração da entrevista	Data
Entrevistado 1	Empreendedor Social	Plataforma+Emprego	Voluntário Cofundador da IIES	1 h e 15 min.	26/05/2022
Entrevistado 2	Empreendedor Social	Escola Oficina	Coordenador da IIES	1 h e 05 min.	27/06/2022
Entrevistado 3	Participante	Plataforma+Emprego	Empregado da limpeza urbana	56 min	28/06/2022

Entrevistado 4	Participante	Plataforma+Emprego	Empregado de portaria	42 min	28/06/2022
Entrevistado 5	Participante	Escola Oficina	Comunicação e Multimédia	Respostas por e-mail	31/08/2021

Tabela 1: Entrevistas realizadas

Fonte: Elaboração própria.

3.1.1 Seleção dos projetos

A seleção dos projetos a serem investigados foi feita por meio do *website* da Portugal Inovação Social, nomeadamente por meio do Mapa Interativo da Inovação Social. Como não há entre as áreas de intervenção das iniciativas a questão da pobreza explicitamente (as áreas de intervenção são: Cidadania e Comunidade, Educação, Emprego, Inclusão Digital, Inclusão Social, Incubadoras de Inovação Social, Justiça e Saúde), optou-se por filtrar os projetos que atuassem nas áreas de Emprego e de Inclusão Social em função da relação com o tema.

Na plataforma online com o mapa interativo dos projetos financiados pela Portugal Inovação Social não estão disponíveis os projetos financiados por meio do Fundo para a Inovação Social. Além disso, na pesquisa na plataforma *online*, foram excluídos os projetos apoiados pelo instrumento de financiamento de Capacitação para o Investimento Social, pois, conforme já explicado, esse apoio é concedido para a capacitação das organizações implementadoras do projeto com vistas ao desenvolvimento de competências de gestão que permitam a elas executar uma iniciativa com sucesso. Ou seja, o financiamento não é feito diretamente ao projeto, mas sim às equipas da organização numa fase em que o mesmo pode estar embrionário.

Dentre as IIES que a plataforma retornou após esses filtros, buscou-se priorizar aquelas que tivessem algum foco ou relação expressa com o público em situação de pobreza (o que foi bastante escasso) e/ou com estímulo à empregabilidade, ao empreendedorismo ou à geração de rendimentos – fatores importantes para auxiliar a superar uma possível condição de pobreza, ainda que essa não tenha sido destacada como objetivo da intervenção (nesses casos, centrava-se mais no desemprego e/ou inatividade dos indivíduos). Posto isto, priorizou-se iniciativas que tivessem como problema social o combate ao desemprego e à exclusão social de pessoas em geral, excluindo-se iniciativas

voltadas para públicos mais específicos como, por exemplo, pessoas com deficiência física ou mental, crianças, jovens ou idosos.

Ademais, a fim de buscar projetos que pudessem estar em um nível mais avançado de desenvolvimento e compreender melhor os seus objetivos e a proposta de valor, também buscou-se priorizar iniciativas que possuíssem *websites* com informações sobre a mesma ou que tivessem informações explícitas no *website* da instituição responsável. É muito comum o *website* da Portugal Inovação Social trazer apenas um breve resumo do projeto e não informar o endereço *web* do mesmo ou direcionar para um sítio *online* que não tem informações acerca do projeto (sítio genérico da organização implementadora ou financiadora do mesmo, sem referência ou informações sobre a iniciativa). Essa escassez de informação acessível acerca das iniciativas restringiu ainda mais a seleção, pois além de não ficarem claros os objetivos, a proposta de valor dos projetos, nem o público atendido ou o modo de intervenção (de que forma eles visam auxiliar a melhorar a condição daqueles que são atendidos por eles), também não traz canais de contacto para solicitar maiores informações.

Ao fim de toda essa análise combinada na plataforma da Portugal Inovação Social, foram selecionados dois projetos para estudo que poderiam trazer contributos interessantes para a investigação acerca da inclusão de pessoas em situação de pobreza.

3.2. Apresentação dos Projetos da Portugal Inovação Social

3.2.1. Plataforma + Emprego (P+E)

Em dezembro de 2020², Portugal contava com 8.209 pessoas em situação de sem-abrigo, das quais, 1.213 residiam na área metropolitana do Porto. Destaca-se que nesta condição estão pessoas sem teto (a viver na rua, em outros espaços públicos ou em locais precários) e pessoas sem casa (que estão a viver em centros de alojamento temporário, em alojamentos específicos para pessoas sem casa ou em quartos pagos, total ou parcialmente, pelos serviços sociais ou por outras entidades).

Foi com foco nesse grupo, que se encontra numa condição de pobreza mais extrema, que a Plataforma + Emprego (P+E) foi criada. Desenvolvido com o apoio do Núcleo de

² Os dados se referem ao último Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo realizado até a data de elaboração do presente trabalho. O Inquérito é elaborado pela Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023 (ENIPSSA 2017-2023) e está disponível em seu site: <http://www.enipssa.pt/documentacao>. Consultado em 20 mai. 2022.

Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA) do Porto, o Projeto Plataforma + Emprego (P+E) objetiva promover a inserção laboral de pessoas em situação de sem-abrigo (nomeadamente pessoas sem casa). Para tanto, além de estabelecer a ponte com empresas, a P+E busca selecionar candidatos com perfil de empregabilidade, credibilizar suas competências e direcioná-los para o mercado de trabalho.

Criado em 2013, o projeto nasceu do encontro das ideias de um empreendedor social e de instituições públicas que trabalhavam com esse grupo e que buscavam construir uma solução para a questão da empregabilidade das pessoas em situação de sem-abrigo. Essa sinergia de esforços fez nascer a P+E que desde então já possibilitou a realização de mais de 100 contratações de pessoas nessa condição e permitiu uma poupança estimada em mais de 350 mil euros para a Segurança Social, segundo informações obtidas nas entrevistas.

O empreendedor social e voluntário cofundador da P+E, Jorge Mayer, é um engenheiro do ambiente que começou o seu trabalho com pessoas em situação de sem-abrigo em 2004. No intervalo de almoço em seu trabalho na Baixa do Porto, o engenheiro era comumente abordado por pessoas nessa situação a pedir comida ou alguma ajuda em dinheiro para si, para os filhos ou para poder pagar uma conta. Essas situações inquietavam-no interiormente, levando-o a pensar em formas de como ajudar essas pessoas.

Inicialmente, Jorge juntou-se a pessoas que estavam a começar a fazer rondas a distribuir refeições pelos sem-abrigo do Porto. Além das refeições, o grupo também se dedicava a ouvi-las e estar com elas para minimizar um pouco a sua solidão. Visando ajudar mais pessoas e com maior eficiência, o grupo que começou com cinco pessoas, organizou-se e cresceu, passando a cerca de 30 voluntários em um ano que percorriam diferentes trajetos na cidade. Durante alguns anos, o engenheiro coordenou o grupo que chegou a contar com cerca de 80 voluntários.

Essa experiência e esse contacto próximo com os sem-abrigo permitiram ao empreendedor social perceber que esses indivíduos tinham algum apoio para encontrarem um teto e ter onde comer, porém eles tinham dificuldade em conseguir autonomia para dar seguimento as suas vidas. Assim, a ideia inicial do empreendedor era criar um projeto de uma rede de padarias que desse emprego a essas pessoas. Após alguns anos e muitas conversas sobre o tema, percebeu que não tinha muito conhecimento e proximidade com o universo dos pães e das padarias e que seria muito mais eficaz criar um projeto que levasse aqueles que geram empregos (as empresas) a contratarem essas pessoas.

Assim, o engenheiro concebeu um projeto para credibilizar esses indivíduos e suas competências para o mercado de trabalho e levou-o a diversas instituições. Após muitas buscas e reuniões, foi apresentado a uma equipa do Instituto de Segurança Social que trabalhava com pessoas em situação de sem-abrigo no Porto e que também estava a elaborar um projeto que estimulasse a empregabilidade dessa população.

O Instituto de Segurança Social é uma das entidades que compõem o Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA) do Porto. Esse Núcleo surgiu no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (primeiro no ENIPSSA 2009-2015³ e depois no ENIPSSA 2017-2023⁴). Atualmente o Núcleo conta com uma rede interinstitucional que reúne mais de 60 entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que atuam em colaboração no desenvolvimento de ações e intervenções junto às pessoas em situação de sem-abrigo na cidade⁵.

O NPISA do Porto organiza-se em 6 eixos de intervenção: Acompanhamento Social; Emprego e Formação; Habitação; Participação e Cidadania; Saúde; e Voluntariado. O primeiro eixo é basilar e abrange, entre outras atividades, a intervenção inicial junto a essas pessoas. Busca-se retirá-las da condição de sem teto (encaminhando-as a alojamentos ou outros recintos); elabora-se, em conjunto com a própria pessoa, um plano individual de intervenção com as ações que viabilizam a sua autonomia; e é feito o direcionamento a um técnico gestor de caso responsável por apoiar e facilitar o relacionamento desses indivíduos com as diferentes entidades em seu processo de inserção individual (GIMAE, 2018).

Durante o processo de acompanhamento e ressocialização dessas pessoas, é possível verificar que algumas já chegam aos serviços sociais com um perfil de empregabilidade (com hábitos de trabalho ou em recente situação de rua), enquanto outras atingem essa condição com ações planeadas, como por exemplo, atividades de capacitação, formações etc. Entretanto, esses indivíduos encontravam dificuldades para inserir-se no mercado de trabalho em função da sua condição e da falta de apoios públicos específicos.

³ A Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2009-2015 (ENIPSSA 2009-2015) foi apresentada publicamente em 14 de março de 2009 e está disponível em: https://www.seg-social.pt/documents/10152/13334/enipsa_2009_2015. Consultada em 21 mai. 2022.

⁴ A Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023 (ENIPSSA 2017-2023) foi criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017, de 25 de julho e está disponível em <https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/107-2017-107745746>. Consultada em 21 mai. 2022.

⁵ Informações disponíveis na página *online* do NPISA na Câmara do Porto: <https://coesaosocial.cm-porto.pt/pessoas-em-situacao-sem-abrigo/npisa-porto>. Consultado em 21 mai. 2022.

Em Portugal, o Instituto Emprego Formação Profissional (IEFP) é a instituição pública responsável por promover a inserção profissional dos desempregados em geral. Entretanto, segundo a análise realizada, essa instituição trata o público desempregado de forma abrangente, carecente de um trabalho de proximidade com os indivíduos e de um atendimento e direcionamento mais estreitos, consoante o perfil das pessoas e suas histórias de vida.

Esse é um grupo de indivíduos bastante fragilizado, que conta com diversas ruturas ao longo da vida, e que, na maioria dos casos, já se encontra afastado do mercado há bastante tempo. Assim, na última etapa do processo de ressocialização e reinserção social – que é a integração no mercado de trabalho – há a necessidade de realizar um acompanhamento próximo e prestar suporte para evitar novas ruturas.

O IEFP então não tinha capacidade de realizar a distinção das particularidades desse público para prestar o apoio específico fundamental para essa integração profissional. Por isso, havia a necessidade de desenvolver, no âmbito do eixo 2 do NPISA, uma solução que sensibilizasse o mundo empresarial e viabilizasse não só a integração dessas pessoas no mercado de trabalho, como também permitisse um acompanhamento próximo durante o processo de inserção laboral.

Assim, a P+E nasce dessa necessidade e nesse domínio, a partir da combinação das ideias e do projeto do empreendedor, da equipa da Segurança Social e do apoio de algumas entidades do NPISA e de outras externas. Destacam-se entre os parceiros que apoiaram a criação e o desenvolvimento inicial do projeto a Cais, a Universidade Católica do Porto, a Santa Casa da Misericórdia do Porto, a Randstad, a WelcomeHome, o IEFP e a ARS Norte (Administração Regional de Saúde do Norte).

A P+E atua em duas áreas que se combinam: uma de busca e sensibilização das empresas a fim de angariar parceiros que possam empregar essas pessoas, e outra de direcionamento profissional individual. Na primeira, a equipa da P+E procura empresas e entra em contacto diretamente com elas a fim de agendar reuniões onde apresentam o projeto e buscam apoio na disponibilização de vagas de trabalho para essas pessoas.

Na segunda área, a P+E funciona em etapas: no primeiro momento, o técnico gestor de caso (responsável pelo processo de acompanhamento e ressocialização individual) sinaliza à P+E o cidadão com indicadores de empregabilidade. Na segunda fase, ocorre a entrevista e avaliação do perfil de empregabilidade e das competências pessoais, sociais e profissionais do candidato pela equipa da P+E. Depois, desenvolve-se um plano de acompanhamento

de integração laboral, o candidato segue os processos habituais de recrutamento e é integrado no mercado de trabalho junto a uma empresa parceira. Se necessário, promove-se formação adequada à função a ser desempenhada. Ressalta-se que todo esse processo de integração laboral é realizado com acompanhamento social do gestor de caso e da equipa da P+E.

Em geral, a integração profissional é feita por meio de contratos a termo, afinal essa é uma realidade que rege o mercado de trabalho em geral em Portugal (Pereira, 2018), onde mesmo as pessoas com formações mais avançadas são contratadas nessa modalidade (RTP Notícias, 2022). Assim, a fim de minimizar a precariedade laboral junto a esse público, a Plataforma busca evitar trabalhar com empresas que se pautam na limitação permanente dos contratos de trabalho e na rotatividade contínua dos recursos humanos.

Visando potencializar a empregabilidade desses indivíduos, em parceria com o IIEFP, o projeto também busca realizar formações profissionais específicas e adequadas a esse conjunto de pessoas. Ressalta-se que alguns dos sem-abrigo possuem baixa escolaridade, baixa motivação, dificuldades em cumprir regras e/ou horários, além de um certo receio em assumir compromissos de longo prazo. Por isso é mais difícil integrá-los em percursos formativos longos, comuns nas políticas de estímulo ao emprego, como os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), que são também demasiado formais e teóricos – o que é pouco adequado a eles.

A partir de 2018, com a candidatura à Portugal Inovação Social, o projeto passou a ser promovido pela Santa Casa da Misericórdia do Porto. A candidatura teve como objetivo principal alavancar o crescimento do projeto que até então era realizado pelos colaboradores das instituições públicas e voluntários que dividiam seu tempo entre esta e outras atividades.

O apoio recebido permitiu, então, a contratação de duas pessoas com dedicação exclusiva à P+E e teve reflexo nas metas de resultado, as quais foram alcançadas quase integralmente. Além disso, foi possível realizar a digitalização do processo de sinalização dos indivíduos com perfil de empregabilidade, que passou a ser feito por intermédio de um *link online*, e as informações passaram a ser concentradas numa base de dados.

No âmbito da Portugal Inovação Social, o projeto recebeu 147.748€, dos quais 44.324€ foram financiados pela Câmara Municipal do Porto e 103.424€ foram financiados pelo

Portugal 2020, mais especificamente pelo POISE⁶. As metas de resultado estabelecidas no acordo de financiamento definiam que no período de 2019-2021 deveriam ser elaborados planos de integração laboral para 40 beneficiários, 30 beneficiários deveriam ser integrados no mercado de trabalho e seriam realizadas duas ações formativas em colaboração com o IIEFP (Santa Casa de Misericórdia do Porto, 2022).

Durante o período de apoio do Portugal Inovação Social, 255 pessoas foram atendidas na P+E (Santa Casa de Misericórdia do Porto, 2022). Além disso, foram realizados planos de acompanhamento de integração laboral para 88 beneficiários, 42 pessoas foram inseridas no mercado laboral por meio de 65 contratos de trabalho e foi realizada uma ação de formação na área de jardinagem, conforme quadro 2.

Indicadores	Meta global (2021)	Resultado 2019	Resultado 2020	Resultado 2021
Total anual de beneficiários	--	98	69	88
Beneficiários - inserções em mercado de trabalho	30	17	18	30
Beneficiários - Planos de acompanhamento de integração laboral	40	40	20	28
Ações de formação	2	1	0	0

Quadro 2: Indicadores de Execução do projeto no período de apoio da Portugal Inovação Social

Fonte: Santa Casa de Misericórdia do Porto (2022, p. 180)

Ressalta-se que dois dos três anos de apoio da Portugal Inovação Social ao projeto foram marcados pela pandemia de Covid-19. A crise pandémica refletiu-se na operacionalização da iniciativa, condicionando o atendimento presencial dos indivíduos. Além disso, trouxe dificuldades no contacto com as empresas, redução do número de ofertas de trabalho e aumento do desemprego no país, o que repercutiu na população-alvo do projeto que esteve a se candidatar a ofertas de emprego em conjunto com pessoas com mais competências e mais experiência de trabalho. Porém, apesar desse cenário adverso, os resultados foram alcançados e até superados – à exceção da segunda formação que não se realizou em razão da crise pandémica e do distanciamento físico imposto.

O projeto tem alcançado bons resultados na alocação de trabalhadores em alguns setores específicos, dentre os quais se destacam o de limpeza urbana, o setor social (terceiro

⁶ Informações obtidas na página do projeto no *website* da Portugal Inovação Social em 10 de maio de 2022: <https://inovacaosocial.portugal2020.pt/project/plataforma-emprego/>.

setor) e de logística retalhista (armazéns). No primeiro caso, percebe-se menor desistência entre os trabalhadores da P+E frente ao que é visto em geral no setor. Num cenário onde é comum o abandono de emprego em função do trabalho árduo e de problemas sociais, os beneficiários do programa se destacam, pois costumam “agarrar com afinco” as oportunidades que lhe são dadas e mostram-se comprometidos com o trabalho.

Os bons resultados no setor social decorrem dos empregados que trabalham há mais de três anos em IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) da rede em diversas atividades. Na área de logística, sobretudo armazéns de retalhistas, há contratos que foram alargados e evoluíram para sem termo. Já nos serviços de limpeza de escritórios o projeto não tem conseguido alocar tantos trabalhadores, pois trata-se de um setor que emprega maioritariamente mão-de-obra feminina e os sem-abrigo atendidos são em sua maioria homens.

Os fundadores da P+E esperam que o relatório de avaliação dos resultados da candidatura ao Portugal Inovação Social (Relatório de Impacto Social da P+E), que está em fase final de elaboração pela Universidade Católica do Porto, seja uma ferramenta para demonstrar a efetividade e a eficiência da iniciativa, possibilitando não só a obtenção de novos recursos e apoios para o projeto, como também seja um meio de estímulo à escalabilidade do mesmo para outras cidades do país. A expectativa do empreendedor social é que o estudo demonstre ao Estado que investir numa iniciativa como essa poupa recursos e traz benefícios aos cidadãos e à sociedade.

3.2.2. Escola Oficina

A Escola Oficina é uma iniciativa de inovação social que nasceu em Vila Nova de Gaia pautada pela perspetiva do desenvolvimento sustentável. Por meio de uma metodologia de formação-ação assentada na economia circular e no reaproveitamento de materiais e de resíduos industriais (como têxteis, couro, papel e cartão) para a produção de outros artigos (como estojos, almofadas, cadernos, pastas e etc.), a iniciativa busca promover o crescimento do emprego e autoemprego junto à população.

A Escola Oficina nasceu como um projeto-piloto em 2015, num empreendimento de habitação social na região do Balteiro em Vilar de Andorinho. O projeto surgiu com o objetivo de capacitar pessoas desempregadas de longa duração e viabilizar sua integração no mercado de trabalho. A iniciativa é promovida pela empresa municipal Gaiurb –

Urbanismo e Habitação e tem parceria com a Escola Artística e Profissional Árvore e com a Câmara Municipal de Gaia.

Na época em que trabalhava como Técnica de Apoio Social no empreendimento de habitação social do Balteiro, a atual Coordenadora do projeto, Diana Mota, observou que ali havia muitas pessoas desempregadas e com baixa escolaridade. Algumas delas faziam trabalhos na área da costura em tempos livres, porém passavam muito tempo sem ter uma ocupação.

Assim, a empreendedora social convidou alguns desses desempregados para integrarem o projeto social que começou com duas máquinas de costura na sala de espera do espaço de atendimento ao público. Para viabilizar a capacitação das pessoas nessa área, Diana contactou a Escola Artística e Profissional Árvore que cedeu um professor para ensiná-las. Já as matérias-primas foram obtidas a partir da parceria realizada com a SUMA (Serviços Urbanos e Meio Ambiente S.A.), uma empresa de gestão de resíduos, que cedeu materiais provenientes de desperdício têxtil industrial.

Desde o início a iniciativa se pautou na sinergia de esforços com parceiros de outras instituições e na preocupação com a questão da sustentabilidade ambiental. Além, da capacitação técnica propriamente dita, o projeto também tem como objetivo promover a educação e a consciência ambiental. Os artigos são produzidos e comercializados sob demanda para empresas e vendidos ao público na loja da organização.



Figura 8: Materiais produzidos na Escola Oficina

Fonte: Foto de Pedro Trindade (Cavaleiro, 2021)

Inicialmente, a empreendedora social encontrou um desafio que foi a compreensão da dimensão da iniciativa por parte dos participantes e o comprometimento desses com a mesma, uma vez que o projeto distinguia-se de outros com os quais estavam mais habituados e que focavam em trabalhar apenas a ocupação de tempos livres. Para além dessa seara, o objetivo do projeto era desenvolver uma ocupação remunerada, exigindo então regras, compromissos, além da observância de padrões de qualidade nos artigos produzidos e comercializados.

A Escola Oficina começou a trabalhar sob duas perspetivas integradas: a área da Escola (capacitação) e a da Oficina (produção). Na parte da Escola, o projeto promove a formação técnica especializada na área da costura e, atualmente, também na área da cartonagem/artes gráficas. Depois, os participantes qualificados são convidados a integrar a parte da Oficina onde desenvolvem e produzem os artigos que são comercializados e, consequentemente, são remunerados pelo trabalho realizado.

Ressalta-se que, além da integração à produção, há participantes que são incorporados ao mercado de trabalho em empresas que demandam profissionais ao projeto. Há outros que se tornaram autónomos e empreenderam individualmente. E há também alguns que passaram a integrar a estrutura do próprio projeto. Nota-se, portanto, que a iniciativa não só promove a formação individual como também proporciona experiência em contexto de trabalho real, além de estimular a geração de rendimentos e a inserção laboral.

A iniciativa que surgiu com foco nos desempregados de longa duração, atualmente atende a qualquer pessoa que a procure, inclusive pessoas empregadas e com escolaridade mais elevada. Para além da formação-ação, o projeto também conta com profissionais da área social que trabalham no atendimento e no acompanhamento individualizado aos municípios de Gaia (e também da região metropolitana do Porto) a nível de orientação e apoio à capacitação para empregabilidade em diferentes áreas. Assim, além de apoiar diversos contextos profissionais, a equipa também tem em conta a situação e os problemas individuais e realiza um trabalho de acompanhamento social integral.

Não obstante, quando o projeto foi criado não era muito comum falar em inovação social – “ele cresceu com a inovação social”, como explica a Coordenadora. Por se tratar de um projeto-piloto, completamente novo e muito “fora da caixa para a altura”, como se refere Diana, no começo a iniciativa recebeu poucos investimentos. Assim, um importante apoio à época foi a participação num programa de aceleração promovido pela Área Metropolitana do Porto (AMP). Além de promover capacitação institucional acerca da

inovação social, da gestão e qualificação de projetos nessa área, e do processo de candidatura a fundos nesse âmbito, o programa também proporcionou visibilidade a esse e a outros projetos da região para a Portugal Inovação Social que era parceira da AMP na iniciativa.

No âmbito da Portugal Inovação Social, em 2018, o projeto recebeu 185.370 €, dos quais 55.611 € foram financiados pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e 129.759 € foram financiados pelo Portugal 2020, nomeadamente pelo POISE⁷. O financiamento durou três anos e impulsionou o crescimento do projeto que, ao todo, já acompanhou cerca de 5.000 pessoas.

De acordo com a Coordenadora da Escola Oficina, a Portugal Inovação Social foi uma “rampa de lançamento para o projeto” que começou com pouco investimento, numa lógica de sinergia e cessão de recursos “conforme as possibilidades de cada entidade” parceira. Com o financiamento recebido nas Parcerias para o Impacto, foi possível escalar os recursos humanos da iniciativa, adquirir equipamentos (nomeadamente máquinas de costura), além de recursos materiais para o projeto.

Antes, havia apenas uma pessoa da Gaiurb dedicada ao mesmo e uma pessoa cedida pela Árvore que dava formações pontuais e esporádicas. Com o financiamento recebido, o projeto passou a contar com uma pessoa dedicada a tempo inteiro a fazer a capacitação dos participantes, além de uma pessoa na receção e no trabalho administrativo. Além disso, com o apoio da Gaiurb o projeto deixou a sala de espera do Balteiro e migrou para um espaço muito maior que ocupa atualmente na freguesia de Mafamude.

Segundo a análise, o financiamento recebido funcionou como uma mola propulsora que permitiu o crescimento do projeto de forma mais rápida. Esse crescimento também é visto nos números da Oficina. Em 2018, a Oficina produziu mais de 8.000 artigos utilizando os desperdícios e lixos industriais, em 2019 foram cerca de 2.780, enquanto em 2020, foram quase 23.000 artigos⁸ – um crescimento de 826% em relação ao ano anterior.

Além disso, esse apoio também proporcionou visibilidade à iniciativa não só em Portugal como também no exterior. Em 2020, o projeto recebeu a visita de uma delegação da Be`ah, uma entidade do governo de Omã responsável pela gestão de resíduos no país,

⁷ Informações obtidas na página do projeto no *website* da Portugal Inovação Social em 24 de junho de 2022: <https://inovacaosocial.portugal2020.pt/project/projeto-escola-oficina/>

⁸ Dados obtidos no Relatório e Contas dos anos de 2018, 2019 e 2020 da Gaiurb. Documentos disponíveis no website da instituição: https://www.gaiurb.pt/pages/663?folders_list_9_folder_id=105

que veio em busca de compreender como o projeto funcionava e gerava esse ciclo autossustentável.

Ressalta-se, porém, que apesar de a iniciativa ter uma grande parcela de sustentabilidade financeira, a Escola Oficina não é integralmente autossuficiente. No que tange à área da produção e da capacitação, a comercialização dos produtos suporta a manutenção dos recursos materiais e dos equipamentos necessários à mesma. Entretanto, para além desse domínio de intervenção, o projeto também atua no âmbito do acompanhamento social e para tanto conta com os recursos e o apoio financeiro da Gaiurb que também responde pela equipa técnica atual de cinco pessoas.

A Escola Oficina trabalha em sinergia com o tecido empresarial a fim de apoiar a empregabilidade das pessoas que buscam o projeto. O contacto próximo com as empresas permite não só conhecer as ofertas de trabalho disponíveis e realizar a ponte laboral com os participantes, como também permite perceber as dificuldades que as empresas têm em encontrar profissionais qualificados em determinadas áreas no mercado. Assim, buscando dar resposta a essa demanda e promover a empregabilidade das pessoas, recentemente a Escola iniciou um programa para capacitar eletricitas seguindo o mesmo modelo da parceria realizada inicialmente na área da costura, agora com outra entidade.

Além disso, é possível perceber que o modelo de capacitação do projeto se distingue de outros “tradicionais” promovidos pelos centros de formação no sentido em que essas ocorrem mesmo quando há poucos interessados (busca-se sempre dar uma resposta às pessoas que procuram a instituição). Como há essa preocupação com uma intervenção social individualizada, a Escola também utiliza recursos de formação de parceiros de forma adaptada a fim de proporcionar a capacitação adequada às necessidades de cada pessoa.

Durante a pandemia de Covid-19, a capacitação continuou por meio de vídeos para os alunos e, quando possível, também por meio de turmas reduzidas. Na altura em que houve preocupação com a falta de máscaras, a equipa contactou hospitais locais e médicos a fim de perceber como poderiam ser feitas máscaras de proteção individual que posteriormente obtiveram certificação nacional e europeia. E, em abril de 2020, um mês após a pandemia chegar ao país, 250 máscaras foram entregues a três IPSS do concelho. Segundo a Gaiurb (2020), essa velocidade de resposta a uma demanda social demonstra “a capacidade de adaptação de projetos de inovação social às circunstâncias” vividas.

Segundo a análise, o projeto proporciona motivação e confiança aos participantes, além de um sentimento de utilidade às pessoas. Os conhecimentos e as competências adquiridos

nas formações permitem que as pessoas “se sintam úteis” e tenham confiança em si próprias. São ferramentas que capacitam as pessoas à mudarem sua condição de vida. Além disso, a integração laboral obtida com o projeto também proporciona alegria e realização pessoal para alguns participantes.

Nesse mesmo sentido, a Escola Oficina também apoia os participantes na obtenção de um emprego em sua área de formação. Um dos jovens apoiados relatou que o emprego conquistado com o auxílio da Escola permitiu a criação de rotinas de trabalho e trouxe benefícios monetários, nomeadamente a gestão do próprio dinheiro e menor dependência familiar. Assim, além de experiência a nível profissional, o projeto ajudou-o a “viver de forma mais confortável e independente”.

Nota-se, portanto, nesta iniciativa, um exemplo que pode ser replicado em outros sítios do país e do mundo. Além de buscar combater o desemprego e a inatividade por meio da capacitação e da inserção laboral, o projeto também traz apoio, motivação e confiança aos participantes e apresenta um cunho ambiental ao reutilizar materiais que seriam descartados, colaborando, assim, para a redução de resíduos destinados ao lixo.

4. Análise e discussão dos resultados

A partir dos casos estudados é possível perceber que a Portugal Inovação Social constitui-se numa importante estratégia de estímulo ao crescimento de iniciativas de inovação social no país. Por meio dos instrumentos de fomento ao investimento social, a estratégia nacional, pioneira na Europa, tem conseguido incentivar o desenvolvimento de projetos sociais inovadores em Portugal que trazem impactos sociais positivos, além de retornos financeiros.

A análise das duas IIES – Plataforma + Emprego e Escola Oficina – permite concluir que elas foram potenciadas pela Portugal Inovação Social, nomeadamente pelo instrumento de financiamento das Parcerias para o Impacto. O investimento recebido possibilitou a contratação de recursos humanos e a aquisição de recursos materiais para os projetos que cresceram, desenvolveram-se e impactaram mais pessoas. Além disso, a segunda iniciativa alcançou um elevado grau de sustentabilidade financeira enquanto a primeira estima que, em toda a sua vigência, tenha poupado aos cofres públicos mais do que o dobro do financiamento total recebido na estratégia nacional, conforme informações obtidas nas entrevistas.

Os investimentos realizados produziram resultados sociais relevantes. O financiamento recebido permitiu que a Escola Oficina tivesse recursos humanos e materiais para passar de um pequeno projeto de capacitação e produção em costura na sala de espera de um empreendimento social para um projeto que já acompanhou cerca de 5.000 pessoas e produziu mais de 32 mil artigos utilizando lixo e desperdícios industriais (Cavaleiro, 2021). Só em 2020, 936 pessoas foram atendidas pelo projeto e cerca de 200 pessoas desempregadas ou empregadas em situação de precariedade laboral foram encaminhadas para ofertas de emprego com vista à integração laboral (ODSlocal, 2021).

Na Plataforma + Emprego, o apoio da Portugal Inovação Social permitiu acelerar a inserção laboral das pessoas no mercado de trabalho. Durante o apoio recebido (cerca de três anos), a P+E promoveu a integração laboral do mesmo número de beneficiários que havia alcançado anteriormente em cinco anos (42 beneficiários). Ou seja, houve um ganho de eficiência. Assim, a estratégia nacional potenciou a inserção social da população de sem-abrigos do Porto, no sentido em que, num menor espaço de tempo, mais pessoas deixaram uma condição marginal, de pobreza extrema, baseada em apoios financeiros sociais (sobretudo o Rendimento Social de Inserção), para ter autonomia e contribuir ativamente com a sociedade e com o sistema tributário por meio do trabalho obtido na P+E.

Tais resultados vão ao encontro dos ensinamentos de Maduro et al. (2018) que apontam que o financiamento das iniciativas inovadoras por meio do investimento social auxilia as organizações sociais a melhorarem sua capacidade de gerar impacto social positivo junto com um retorno financeiro. Esse último ocorre, em linha com Almeida e Santos (2017), por meio da venda dos produtos ou serviços ao mercado – como observado no caso da Escola Oficina – ou da negociação dos resultados de impacto com o setor público – como busca a P+E.

Além disso, na investigação foi possível perceber que a Portugal Inovação Social constitui-se numa montra que promove a visibilidade dos projetos financiados. Para a Escola Oficina, essa visibilidade proporcionou a visita de uma delegação do governo de Omã a fim de conhecer o seu modelo de trabalho, enquanto a P+E recebeu um ofício de homenagem e apoio da Assembleia da República portuguesa.

No âmbito dos estudos de inovação, ser uma vitrine para os bons projetos é um aspeto bastante positivo, uma vez que o processo de difusão de novas ideias depende, entre outros fatores, dos canais por meio dos quais elas são comunicadas (Rogers, 2002). E nesse sentido, nota-se que a comunicação das IIES da Portugal Inovação Social pode ser potencializada, uma vez que há poucas informações no *website* da estratégia e poucos documentos dos projetos acessíveis ao público em geral.

O *website* da estratégia nacional disponibiliza de forma lúdica e interessante um mapa dinâmico do país com a localização dos projetos apoiados e uma breve descrição dos mesmos. Porém, conforme já observado no item 3.1.1, é comum o endereço *web* do projeto não ser apresentado ou, quando há, direcionar a um sítio *online* genérico da organização implementadora ou financiadora do mesmo que nem sempre possui informações sobre a iniciativa. Além disso, não há informações acessíveis acerca dos resultados planeados e alcançados pelos projetos financiados.

Assim, um ponto de aprimoramento para a Portugal Inovação Social diz respeito à melhoria das informações sobre os projetos disponibilizadas no *website* e a inclusão dos resultados das iniciativas financiadas. Esse aperfeiçoamento não só traz visibilidade, transparência e controle para a sociedade, como também pode facilitar a difusão das inovações ao inspirar o desenvolvimento de práticas semelhantes em outros locais.

É importante que estejam acessíveis no *website* da Portugal Inovação Social os objetivos, os resultados (inclusive relatórios de impacto social existentes), o público-alvo, o modo de intervenção e os canais de contacto de cada iniciativa. A disponibilização de informações

mais detalhadas acerca dos projetos na plataforma online torna a informação acessível e está em linha com a estratégia da disseminação para difundir inovações a fim de escalar o impacto social de Dees et al. (2004). Segundo os autores, essa estratégia busca fornecer informações e, em alguns casos, assistência técnica, para outros indivíduos que procuram trazer uma inovação para sua comunidade, permitindo assim que esses possam aprender com os projetos para adaptá-los e implementá-los localmente, conforme suas necessidades (Dees et al., 2004).

No que tange à questão da pobreza, como exposto no item 3.1.1, embora ela seja pouco explorada no *website* da Portugal Inovação Social, refletindo-se consequentemente, na visibilidade do apoio prestado pelas IIES a essas populações, no presente estudo foi possível perceber que há iniciativas de inovação social apoiadas pela estratégia que impactam positivamente as populações de baixo rendimento no país.

Há iniciativas que atuam direta e explicitamente na questão da pobreza, como a Plataforma + Emprego que atua junto aos sem-abrigo da cidade do Porto, ou seja, numa condição de pobreza e exclusão social mais extrema e perceptível. Entretanto, há iniciativas que podem auxiliar a melhorar uma situação de pobreza que não têm como foco explícito esse problema. Nesse sentido, elas buscam agir em algum ponto que representa um contributo para um contexto individual ou familiar de pobreza, afinal, em linha com a revisão de literatura, essa última é resultado das circunstâncias e do sistema criado em torno dessas pessoas, e da relação entre as necessidades sentidas e as oportunidades de satisfazê-las (Fonseca et al., 2021; Palos et al., 2021a, 2021b; Yunus, 2000).

Assim, como o desemprego é um dos principais fatores que contribuem para a pobreza no país (Palos et al., 2021a, 2021b), ambas as iniciativas analisadas atuam nesses contextos. Conforme pode ser percebido na investigação, nessas IIES, o estímulo à empregabilidade e à ocupação laboral de pessoas desempregadas ou inativas ocorre por meio do acompanhamento social próximo, da promoção de qualificações e do fomento ao acesso a oportunidades de trabalho.

Tanto a P+E como a Escola Oficina buscam promover meios, nomeadamente capacitações, pontes com empresas e direcionamento a ofertas de trabalho, para fomentar a superação de uma condição de desemprego ou inatividade, além de proporcionarem apoio e acompanhamento social individual conforme as necessidades de cada pessoa atendida nos projetos.

Aliás, a atenção individualizada é um aspeto comum positivo a ser destacado nessas iniciativas. Enquanto, em conjunto com o técnico gestor de caso, a P+E acompanha cada indivíduo em situação de sem-abrigo no seu processo de integração laboral, a Escola Oficina busca promover uma intervenção social individualizada, com recursos de formação próprios ou de parceiros, a fim de proporcionar a capacitação adequada às necessidades de cada pessoa.

Esse ponto também destaca essas iniciativas inovadoras em relação ao IEPF que, de acordo com uma breve análise, não está a conseguir realizar um tratamento de proximidade com a população atendida. As pessoas inscritas e que gozam de prestações sociais são direcionadas a formações e entrevistas de emprego por meio dessa instituição. Para não perder esses benefícios, elas realizam formações que nem sempre são significativas para elas, como visto nos estudos de Palos et al. (2021b), e candidatam-se às vagas indicadas pela instituição, mesmo sem de facto estarem preparadas para tanto. Porém, os casos aqui analisados apontam que a atenção individualizada e o trabalho de proximidade permitem compreender o histórico de vida e os problemas sociais em torno daquela condição e ajudam a promover uma intervenção social mais direcionada nas capacitações e nas oportunidades de trabalho.

Além disso, embora a Escola Oficina tenha surgido com foco em promover a capacitação de pessoas desempregadas de longa duração e viabilizar sua integração no mercado de trabalho, hoje, já expandiu a sua atuação e atende a qualquer um que busque a iniciativa. Isso permite que pessoas empregadas e insatisfeitas com seus empregos ou com sua situação económica também possam obter qualificações e acompanhamento para mudar essa situação.

No que tange à pobreza, outro ponto a ser ressaltado é que, em geral, a emergência dessa situação é uma montanha a ser escalada, num processo lento e gradual de ascensão social. Uma pessoa que esteja em situação de sem-abrigo dificilmente conseguirá ascender para uma posição de riqueza (salvo talvez por uma sorte num jogo de azar). No processo convencional de ascensão por meio do trabalho, o indivíduo evolui gradativamente. E, conforme observado na investigação, o primeiro degrau para esse grupo é conseguir uma oportunidade de trabalho que permitirá deixar a situação de pobreza extrema.

Segundo a equipa da P+E, o conhecimento adquirido com a prática aponta o trabalho remunerado como o primeiro passo para a autonomia (Santa Casa de Misericórdia do Porto, 2022). Isso está em linha com as entrevistas realizadas. Ao serem questionados

sobre o que mudou em suas vidas com o projeto, os participantes da P+E mencionaram que “mudou tudo”. Ou seja, o trabalho conseguido permitiu a melhoria da condição de vida individual (nomeadamente o rendimento, a moradia, a alimentação, acesso ao crédito, etc.) e familiar. A título de exemplo, com o salário recebido, um dos participantes relatou que além de manter a própria subsistência também envia recursos para o filho que mora em outro país.

Porém, conseguir uma oportunidade de trabalho é algo muito difícil para o grupo mais pobre, principalmente os sem-abrigo, pois além dos estigmas sociais que os cercam, há dificuldades inerentes ao retorno ao convívio social, à inserção e à adaptação ao mercado de trabalho. E nesse sentido, a P+E representa uma importante iniciativa que promove não só a inserção laboral dessas pessoas, como também busca promover a permanência no emprego dessa população. O acompanhamento inicial do seu trajeto e o apoio para essa continuidade, sobretudo nas necessidades emergentes do processo de integração laboral, permitem que os obstáculos sejam transpostos e que a pessoa possa prosseguir nessa caminhada.

Esse apoio da P+E também ficou evidente nas entrevistas com os participantes do projeto. Um deles mencionou que fez duas entrevistas para uma das empresas, porém só conseguiu o emprego na terceira entrevista, após a intervenção da P+E. Isso evidencia que a iniciativa cumpre com o seu objetivo de credibilizar os participantes, permitindo a sua integração laboral. Além disso, o aconselhamento e o acompanhamento próximos ajudam os participantes a evitarem possíveis “ciladas”, como por exemplo, o caso de um sem-abrigo entrevistado que chegou a essa condição após o retorno de uma empreitada mal-sucedida no estrangeiro e que recusou uma nova oferta de emprego “pouco confiável” em outro país, que poderia levar a uma outra experiência negativa e ao retorno à condição anterior.

Porém, um aspeto contraditório percebido a partir das entrevistas realizadas em ambos os projetos é que as prestações sociais parecem funcionar como um obstáculo à empregabilidade e à ocupação laboral estimuladas por essas iniciativas inovadoras. Para os participantes da P+E, há trabalho em Portugal para aqueles que estejam dispostos a trabalhar intensamente. Segundo um desses entrevistados, “há trabalho, o que não há é emprego”. Na compreensão dessa afirmação transparece a percepção de que há oportunidades de trabalhos precários – com direitos, mas intensos, com pouca estabilidade, reduzida qualificação e baixa remuneração – em linha com os estudos de Palos et al.

(2021b). Entretanto, segundo os participantes, não são todas as pessoas que estão dispostas a exercer essas atividades, e, para eles, alguns subsídios concedidos pelo governo, como o Rendimento Social de Inserção (RSI) ou subsídio de desemprego, corroboram para a inércia e acomodação de algumas pessoas.

Ainda nessa linha, foi possível perceber nas entrevistas que esses benefícios estão a agir também como uma espécie de revés ao processo de empreendedorismo e formalização do trabalho. De acordo com a análise realizada, algumas pessoas desempregadas ou inativas preferem manter os benefícios recebidos, acumulando-os com trabalhos informais à se formalizarem e prestarem serviço por meio de atividades autónomas (ex. recibos verdes), que levariam a uma cessação dos mesmos.

Na entrevista com a Coordenadora da Escola Oficina foi possível perceber que há pessoas que inicialmente têm muito interesse em “criar o seu próprio emprego”. Entretanto, na maior parte dos casos, elas acabam por desistir de empreender em função das dificuldades envolvidas na criação e manutenção de um negócio. E os dois principais motivos que levam a essa desistência são os entraves burocráticos envolvidos e o lucro que não corresponde ao esperado. Para Diana Mota, aparentemente as pessoas esperam um lucro muito imediato e não percebem a logística de um negócio autónomo, e isso acaba por ser um fator de desmotivação e desistência para essas pessoas.

A aparente falta de percepção sobre as questões envolvidas num trabalho autónomo também ocorre no âmbito do trabalho na área da produção dessa iniciativa. Segundo a Coordenadora, algumas pessoas ficam entusiasmadas com o convite para integrar a Oficina, porém acabam por desistir quando descobrem que precisam emitir recibos verdes para tanto (na Oficina elas são remuneradas conforme o que produzem). Ao que parece, essas pessoas teriam interesse se essa fosse uma atividade paralela (“sem documentos”), mas isso não é praticado pela instituição que preza e defende a legalidade e a regularidade.

Em linha com a explanação anterior, normalmente por trás dessa desistência estão os apoios sociais recebidos. Essas pessoas preferem manter os apoios sociais a iniciar uma atividade profissional. É mais cómodo fazer trabalhos esporádicos e “receber por fora” do que iniciar propriamente uma atividade profissional. Para a Coordenadora do projeto, essa situação é um pouco contraditória uma vez que as pessoas buscam a Escola Oficina para ter capacitação e uma oportunidade de integrar o mercado de trabalho, mas quando conseguem essa oportunidade acabam por não agarrá-la.

Com relação à inclusão das populações de baixos rendimentos nas iniciativas de inovação social, nas entrevistas foi possível perceber que esses indivíduos foram impactados positivamente pelas mesmas, mas não participaram direta e/ou formalmente do processo de criação e desenvolvimento dos projetos aqui analisados. Tanto as pessoas em situação de sem-abrigo na P+E como os desempregados de longa duração na Escola Oficina não foram diretamente envolvidos na concepção dessas iniciativas. A sua participação foi indireta e se deu, principalmente, por meio do contacto próximo e cotidiano com os empreendedores sociais que conceberam os projetos.

Retomando a Escada da Inovação Inclusiva de Heeks et al. (2013) (Figura 1), é possível perceber, então, que há aspetos de inclusão das populações de baixo rendimento nas iniciativas inovadoras estudadas. Como observado nas entrevistas, para além do nível dois em que a inovação é inclusiva se for usufruída pelo grupo excluído, tais projetos também estão a proporcionar um impacto positivo nos meios de subsistência do grupo excluído (um aumento desses meios, na produtividade e na capacidade de consumo, nomeadamente por meio da renda obtida com os empregos e trabalhos alcançados através dos projetos), o que permite classificá-las no nível três da Escada.

Nesse nível, o impacto positivo pode ser maiores rendimentos e capacidade de consumo (impacto absoluto) ou maiores capacidades e ativos de longo prazo (impacto relativo) (Heeks et al., 2013 e Williams & Woodson, 2019). Nesse sentido, quando promovem formações e capacitações técnicas em atividades profissionais, ambas as iniciativas têm um impacto relativo junto ao público atendido. Porém, ao promover a inserção laboral diretamente em empresas (ou na produção da própria organização, na Escola Oficina), essas iniciativas estão a proporcionar maiores rendimentos e capacidade de consumo e por isso têm um impacto absoluto junto ao grupo.

Percebe-se, ainda, que essas iniciativas estão em vias de transição para o nível quatro da Escada, embora ainda não tenham aí chegado. Pois, ainda que não tenham sido diretamente envolvidas no processo de criação e desenvolvimento das iniciativas de inovação social é possível perceber que, indiretamente, as pessoas em situação de pobreza contribuíram com esse processo, por meio do contacto, do convívio, do diálogo e do trabalho dos empreendedores sociais junto a eles. Porém, elas não participaram (não foram informadas e nem consultadas, conforme os primeiros subníveis do nível quatro da Escada de Heeks et al. (2013)) diretamente no processo de concepção dos projetos. A observação e o contacto próximo com a realidade de vida dessas pessoas foram os principais

contributos para a concepção das iniciativas inovadoras que trouxeram impactos positivos na subsistência, no bem-estar e na condição de vida desse grupo.

Nas entrevistas também foi possível perceber que tanto os empreendedores como os participantes entrevistados não acham que esses precisariam ter sido envolvidos diretamente na criação e construção das iniciativas, nem mesmo acreditam que teriam dado importantes contributos se participassem desse processo. Isso leva à compreensão de que, no âmbito das iniciativas de inovação social, ainda que não haja inclusão direta do público-alvo no processo de concepção das mesmas, elas conseguem alcançar os objetivos almejados e proporcionam inclusão em contextos de exclusão ao impactar positivamente a vida dessas pessoas. As iniciativas aqui analisadas apoiaram as populações de baixo rendimento ao proporcionar condições de integração laboral para as pessoas que estavam desempregadas. No caso da população em situação de pobreza mais extrema, nomeadamente os sem-abrigo, percebe-se também o impacto positivo da iniciativa na (re)inserção social dessa população.

Porém, na entrevista com os empreendedores sociais, evidenciam-se dois fatores muito importantes para a concepção dessas iniciativas inovadoras: há uma participação indireta do público-alvo que se dá por meio do contacto próximo e da troca de informações com eles; e os primeiros assumem um papel central que é o de perceber as dores e os problemas enfrentados e construir novas soluções para os mesmos. Assim, em linha com os ensinamentos de Christmann (2014), os empreendedores sociais representam figuras-chave que desenvolvem e implementam soluções inovadoras para os problemas sociais.

Portanto, na concepção das iniciativas de inovação social aqui analisadas foi possível perceber que tanto Diana como Jorge seguiram os ensinamentos de Mulgan (2006) e combinaram a percepção de uma necessidade que não estava sendo atendida com uma ideia de como ela poderia ser atendida. Porém, para empreender e conceber as iniciativas, além de disporem das características pessoais ressaltadas por Martin e Osberg (2007) – inspiração, criatividade, ação direta, coragem e fortaleza – nota-se, na investigação, que os apoios institucionais recebidos foram fundamentais para o nascimento dos projetos.

O primeiro apoio institucional recebido pela P+E foi da Segurança Social, aliás a iniciativa surge nesse âmbito a partir das combinações das ideias e das perspectivas de Jorge e de uma equipa que lá trabalhava. Já a Escola Oficina nasce no bojo da Gaiurb, uma empresa municipal de urbanismo e habitação. E, como visto, ambas contaram com uma

rede de parceiros que foi fundamental para que as ideias fossem concebidas, desenvolvidas ou refinadas, em linha com os ensinamentos de Guclu et al. (2002).

Aliás, nota-se no estudo que as parcerias e as sinergias de esforços foram fundamentais também para fazer frente à escassez de recursos humanos e financeiros iniciais. Como percebido na entrevista com a Coordenadora da Escola Oficina, o projeto surgiu num momento em que praticamente não se falava em inovação social, então a proposta era muito inovadora para a altura. Assim, havia receio e um risco elevado em investir grandes montantes de recursos, sobretudo públicos, numa iniciativa que poderia fracassar.

Percebe-se, portanto, que as parcerias, a sinergia de esforços, a combinação de ideias, de perspectivas e os apoios institucionais recebidos são pontos positivos que possibilitaram o nascimento desses projetos. Em linha com a literatura científica, para fazer frente às situações de exclusão enfrentadas por essas populações, principalmente o desemprego, as iniciativas de inovação social aqui analisadas surgiram assentes na mobilização de recursos humanos e institucionais (Tartaruga, 2021b) e criaram valor social a partir de um processo de intervenção pautado no trabalho com as pessoas, em rede e parceria (Parente & Quintão, 2014). Além disso, embora a participação do público-alvo no desenvolvimento dessas iniciativas inovadoras seja limitada, elas podem ser percebidas como inclusivas pois atendem, de uma nova forma, às necessidade de um grupo de indivíduos marginalizado (Foster & Heeks, 2013; Patiño-Valencia et al., 2020) e promovem mudanças em suas vidas.

5. Conclusão

Ao enfrentar alguns dos problemas sociais estruturais, tais como a pobreza e a exclusão social, a literatura sobre inovação abrange várias categorias conceituais como proposta para abordar, analisar e tratar estes problemas, entre as quais se destacam a inovação social, o empreendedorismo social e as inovações inclusivas. Estas categorias são complexas, polissémicas e, em muitos casos, há pontos de contacto na sua definição, no seu âmbito e em sua finalidade.

Num primeiro momento, e a partir da revisão de literatura acerca desses conceitos, a presente investigação procurou sintetizá-los e torná-los mais nítidos. No momento seguinte, buscou contextualizar a pobreza em Portugal e evidenciar os principais fatores que contribuem para essa condição. Nesse âmbito, foi possível perceber que a pobreza pode ser proveniente de um processo de reprodução intergeracional, como também emerge de eventos que desestruturam a vida familiar, entre os quais estão os três D's principais: desemprego, divócio e doença.

Depois, o trabalho buscou apresentar e explicar a estratégia nacional de fomento aos projetos socialmente inovadores no país – a iniciativa Portugal Inovação Social. Tal estratégia, como percebido nas IIES aqui estudadas, está a conseguir promover o crescimento e o desenvolvimento desses projetos por intermédio do financiamento e estímulo ao investimento social, mas pode ter seus canais de comunicação, nomeadamente seu *website*, melhorados a fim de promover a visibilidade e a possível difusão dessas iniciativas para outros sítios.

Por fim, a investigação evidenciou os objetivos das duas iniciativas de inovação social estudadas, explicou como surgiram e se desenvolveram e procurou discutir de que forma estimulam a inclusão das populações de baixo rendimento. Nesse âmbito, o presente trabalho trouxe uma nova perspectiva de análise para as iniciativas de inovação social desenvolvidas por empreendedores sociais que foi a compreensão do nível de inclusão e participação da população vulnerável no processo inovador a partir da Escada das Inovações Inclusivas de Heeks et al. (2013).

Essa abordagem, nova na literatura nacional, permitiu concluir que a inclusão de processo não é essencial para que as mesmas alcancem os seus objetivos principais. Porém, é muito importante que haja um contacto, um relacionamento e uma compreensão profunda do contexto e das dificuldades vivenciadas por essa população para que o empreendedor social possa elaborar uma solução exitosa. Além disso, foi possível perceber

que o apoio institucional e a rede de parceiros são dois aspetos positivos comuns que viabilizam o nascimento dessas iniciativas de inovação social, sobretudo quando as mesmas contam com poucos recursos humanos e financeiros.

No que tange ao enfrentamento da pobreza, nota-se que, em ambos os projetos, ela ocorre por meio do estímulo à empregabilidade e à ocupação laboral de pessoas desempregadas. Para tanto, conclui-se que o acompanhamento social individualizado, as capacitações e as pontes com as empresas para disponibilização de ofertas de trabalho são pontos positivos comuns nessas iniciativas que viabilizam a integração laboral e melhoram, consequente, a condição económica dessas pessoas.

Além disso, as iniciativas de inovação social aqui apresentadas podem ser exemplo de projetos a serem replicados em outros sítios de Portugal e do mundo. Ambas nasceram com poucos recursos financeiros e humanos, baseadas sobretudo nas parcerias e nas sinergias de esforços. As pontes criadas pelos empreendedores sociais com empresas e instituições públicas possibilitaram o desenvolvimento dessas novas soluções que visam combater o desemprego – um dos principais contributos para a pobreza no país.

No que concerne às limitações observadas na realização desta investigação, destacam-se como principais limitações o reduzido número de iniciativas de inovação social analisadas e de entrevistas realizadas, não sendo possível, desta forma, proceder à generalização dos resultados. Além disso, pode-se considerar como limitação também, o facto de terem sido analisadas apenas iniciativas de inovação social que atuam na questão do desemprego, quando existem outras questões que levam a uma condição de pobreza no país, como a doença, o divórcio e até mesmo a reprodução intergeracional, como visto na revisão de literatura.

Diante disto, sugere-se que futuras investigações analisem iniciativas de inovação social que estejam a atuar nessas questões. Estudos semelhantes a esse podem ser feitos com cada uma dessas três perspetivas ou também podem ser feitos estudos mais complexos e aliciantes integrando todas as perspetivas. Além disso, sugere-se que investigações futuras analisem o grau de avanço económico alcançado pelas populações-alvo das iniciativas de inovação social, nomeadamente por meio de estudos quantitativos.

Referências Bibliográficas

- Abreu, C. (2012). Desigualdade social e pobreza: ontem, hoje e (que) amanhã. *Revista Angolana de Sociologia* (9), 93-111. <https://doi.org/doi.org/10.4000/ras.440>
- Almeida, F., & Santos, F. (2017). Portugal Inovação Social: na encruzilhada dos tempos. *Cooperativismo e economía social* (39).
<http://revistas.webs.uvigo.es/index.php/CES/article/view/1380>
- Bignetti, L. P. (2011). As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, 47(1), 3-14.
- Bikse, V., Rivza, B., & Riemere, I. (2015). The Social Entrepreneur as a Promoter of Social Advancement. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 185, 469-478.
<https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.03.405>
- Caravaca, I., González, G., & Silva, R. (2005). Innovación, redes, recursos patrimoniales y desarrollo territorial. *EURE (Santiago)*, 31 (94), 5-24.
<http://www.scielo.cl/pdf/eure/v31n94/art01.pdf>
- Cardano, M. (2017). *Manual de pesquisa qualitativa. A contribuição da teoria da argumentação*. Petrópolis: Vozes.
- Cavaleiro, A. (2021). *Escola Oficina, o lugar onde tudo se transforma*. Jornal Mundo Atual [Online]. Consultado em 18 jul. 2022. Disponível em <https://mundoatual.pt/escola-oficina-o-lugar-onde-tudo-se-transforma/>
- Christmann, G. B. (2014). Social Entrepreneurs on the Periphery: Uncovering Emerging Pioneers of Regional Development. *disP - The Planning Review*, 50(1), 43-55.
<https://doi.org/10.1080/02513625.2014.926725>
- Cunha, J., Benneworth, P., & Oliveira, P. (2015). Social Entrepreneurship and Social Innovation: A Conceptual Distinction. In L. Carmo Farinha, J. Ferreira, H. L. Smith, & B.-S. Sharmistha (Eds.), *Handbook of Research on Global Competitive Advantage through Innovation and Entrepreneurship* (pp. 616-639). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-4666-8348-8.ch033>
- Decreto-lei 28/2018, de 3 de Maio (2018). *Diário da República n.º 85/2018, Série I de 2018-05-03, páginas 1786 - 1791*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa. Consultado em 15 mai. 2022. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/28-2018-115211103>

- Dees, J. G. (1998). The meaning of social entrepreneurship. In. Kansas City, MO and Palo Alto, CA: *Kauffman Center for Entrepreneurial Leadership*.
https://centers.fuqua.duke.edu/case/wp-content/uploads/sites/7/2015/03/Article_Deess_MeaningofSocialEntrepreneurship_2001.pdf
- Dees, J. G. (2007). Taking social entrepreneurship seriously. *Society*, 44(3), 24.
https://centers.fuqua.duke.edu/case/wp-content/uploads/sites/7/2015/02/Article_Deess_TakingSESeriously_2007.pdf
- Dees, J. G., & Anderson, B. B. (2003). 2. For-profit social ventures. *International Journal of Entrepreneurship Education*, 2, 1-26.
- Dees, J. G., Anderson, B. B., & Wei-Skillern, J. (2004). Scaling social impact. *Stanford Social Innovation Review*, 1(4), 24-32.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2011). *The SAGE Handbook of Qualitative Research*. SAGE Publications. <https://books.google.pt/books?id=AIRpMHgBYqIC>
- Diário de Notícias (2021). *Pandemia. Os números dramáticos da pobreza e desigualdades na Europa*. Consultado em 02 jan. 2022. Disponível em:
<https://www.dn.pt/internacional/pandemia-os-numeros-dramaticos-da-pobreza-e-desigualdades-na-europa-13482740.html>
- Diogo, F. (2010). Precários voláteis e trajetórias de emprego em carrossel, o caso dos beneficiários do RSI. *Forum Sociológico. Série II*, (20), 29-38.
<https://doi.org/doi.org/10.4000/sociologico.90>
- Eurostat. (2021). *Living conditions in Europe - poverty and social exclusion*. Consultado em 02 jan. 2022. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Living_conditions_in_Europe
- Farinha, L., Sebastião, J. R., Sampaio, C., & Lopes, J. (2020). Social innovation and social entrepreneurship: discovering origins, exploring current and future trends. *International Review on Public and Nonprofit Marketing*, 17(1), 77-96. <https://doi.org/10.1007/s12208-020-00243-6>
- Fidel, R. (1984). The case study method: A case study. *Library and Information Science Research*, 6(3), 273-288.
- Fonseca, E., Diogo, F., Guerra, I., & Guerreiro, P. S. (2021, 12 Abr.). *Retrato da Pobreza em Portugal* [Conferência em vídeo]. Website da Fundação Francisco Manuel dos Santos.
<https://www.ffms.pt/conferencias/detalhe/5340/retrato-da-pobreza-em-portugal>

- Foster, C., & Heeks, R. (2013). Conceptualising inclusive innovation: Modifying systems of innovation frameworks to understand diffusion of new technology to low-income consumers. *The European Journal of Development Research*, 25(3), 333-355.
- Freitas, F. R. T. (2020). *O Programa Portugal Inovação Social: estudo de caso sobre a Incubadora Regional de Inovação Social – IRIS* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. RepositóriUM da Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/73701>
- Gaiurb. (2020). *Gaiurb produz e oferece máscaras às IPSS. Escola Oficina empreendeu iniciativa e mobilizou uma mão cheia de colaboradores*. Consultado em 20 jul. 2022. Disponível em https://www.gaiurb.pt/pages/936?news_id=254
- GIMAE - Grupo para a Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023 (2018). *Modelo de Intervenção e Acompanhamento Integrado*. Consultado em 25 mai. 2022. Disponível em <http://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/Modelo+de+Interven%C3%A7%C3%A3o+e+Acompanhamento+Integrado>
- Gonçalves, S. P., Marques, C. G., & Gonçalves, J. P. (2021). *Manual de investigação qualitativa. Conceção, análise e aplicações*. Lisboa: Pactor.
- Governo de Portugal (2014). Portugal 2020: Acordo de parceria 2014-2020. Lisboa. Disponível em: <https://lisboa.portugal2020.pt/np4/21.html>
- Guclu, A., Dees, J. G., & Anderson, B. B. (2002). The process of social entrepreneurship: Creating opportunities worthy of serious pursuit. *Center for the advancement of Social Entrepreneurship*, 1, 1-15. https://centers.fuqua.duke.edu/case/knowledge_items/the-process-of-social-entrepreneurship-creating-opportunities-worthy-of-serious-pursuit/
- Guest, G., Namey, E. E., & Mitchell, M. L. (2012). *Collecting Qualitative Data: A Field Manual for Applied Research*. SAGE Publications. <https://books.google.pt/books?id=Xb4gAQAAQBAJ>
- Hagenaars, A. J. M., & van Praag, B. M. S. (1985). A Synthesis of Poverty Line Definitions. *Review of Income and Wealth*, 31(2), 139-154. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/j.1475-4991.1985.tb00504.x>
- Heeks, R., Amalia, M., Kintu, R., & Shah, N. (2013). Inclusive innovation: definition, conceptualisation and future research priorities. *development informatics working paper* (53). <https://doi.org/10.2139/ssrn.3438439>

- Heeks, R., Foster, C., & Nugroho, Y. (2014). New models of inclusive innovation for development. *Innovation and Development*, 4, 175-185.
<https://doi.org/10.1080/2157930X.2014.928982>
- Hespanha, P., Santos, L. L. d., Silva, B. C. d., & Quiñonez, E. (2015). Mapeando as iniciativas de economia solidária em Portugal: algumas considerações teóricas e práticas. *Colóquio Internacional Epistemologias do Sul: aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul-Actas*, 3, 465-475. <http://hdl.handle.net/10316/42164>
- Howaldt, J., Domanski, D., & Kaletka, C. (2016). Social Innovation: towards a new innovation paradigm. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 17, 20-44.
<https://doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n6p20-44>
- IAPMEI. (2020). *Fundo para a Inovação Social - FIS - Capital*. Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. Consultado em 01 mai 2022. Disponível em
<https://financiamento.iapmei.pt/inicio/home/produto?id=3a6ef38b-1f59-4ddb-aeaa-1a46eaf83ce2>
- Inácio, E. d. O. (2015). *Empreendedorismo social e responsabilidade social das organizações: a parceria cases/everything is new* [Dissertação de Mestrado, ISCTE-IUL]. Repositório do ISCTE-IUL. <http://hdl.handle.net/10071/10961>
- Instituto Nacional de Estatística (2021). *O Risco de pobreza aumentou para 18,4% em 2020*. [Online]. Consultado em 11 Mar. de 2022. Disponível em:
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=473574196&DESTAQUESmodo=2
- Maduro, M. P., Pasi, G., & Misuraca, G. (2018). Social impact investment in the EU. Financing strategies and outcome oriented approaches for social policy innovation: narratives, experiences, and recommendations. *Publications Office of the European Union, Luxembourg* (JRC111373). <https://doi.org/10.2760/159402>
- Martin, R. L., & Osberg, S. (2007). Social entrepreneurship: The case for definition. *Stanford Social Innovation Review*, 28-39.
<https://www.ngobiz.org/picture/File/Social%20Enterpeuneur-The%20Case%20of%20Definition.pdf>
- Moulaert, F. (2008). Innovación social. Institucionalmente enraizada, territorialmente (re) producida. JM Albertos, J. Noguera, MD Pitarch & J. Salom (Coords.), *Globalización económica: amenazas y oportunidades para los territorios*, 9-17.

- Moulaert, F., Maccallum, D., & Hillier, J. (2013). Social innovation: Intuition, precept, concept, theory and practice. *Social Learning and Transdisciplinary Research*, 13-24.
<https://doi.org/10.4337/9781849809986.00011>
- Mulgan, G. (2006). The process of social innovation. *Innovations: technology, governance, globalization*, 1(2), 145-162.
- ODSlocal - Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2021). *Escola Oficina*. Consultado em 18 jul. 2022. Disponível em
<https://odslocal.pt/projetos/escola-oficina--399>
- Palos, A. C., Rodrigues, C. F., Pereira, E., Ribeiro, F. B., Branco, F., Trevisan, G., Fernandes, L., Silva, O., Perista, P., Amaro, I., & Diogo, F. (2021a). *Faces da pobreza em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
<https://www.ffms.pt/FileDownload/6e8cd87d-5021-47ea-aa3e-6d4870aa8b2b/faces-da-pobreza-em-portugal>
- Palos, A. C., Rodrigues, C. F., Pereira, E., Ribeiro, F. B., Branco, F., Trevisan, G., Fernandes, L., Silva, O., Perista, P., Amaro, I., & Diogo, F. (2021b). *A Pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
<https://www.ffms.pt/FileDownload/e605ad78-e8e6-49ea-a443-d8bb8fa83659/a-pobreza-em-portugal-trajetos-e-quotidianos>
- Parente, C., & Quintão, C. (2014). Uma abordagem eclética ao empreendedorismo social. In C. Parente (Ed.), *Empreendedorismo social em Portugal* (pp. 11-74). Universidade do Porto. Faculdade de Letras.
- Patiño-Valencia, B., Villalba-Morales, M. L., Acosta-Amaya, M., Villegas-Arboleda, C., & Calderón-Sanín, E. (2020). Towards the conceptual understanding of social innovation and inclusive innovation: a literature review. *Innovation and Development*, 1-22.
<https://doi.org/10.1080/2157930X.2020.1859215>
- Pereira, C. A. (2018). Precariedade domina os contratos mais recentes. *Jornal de Negócios* [Online]. Consultado em 22 jul. 2022.
<https://www.jornaldenegocios.pt/economia/emprego/detalhe/precariedade-domina-os-contratos-mais-recentes>
- Pereira, E. S. L. d. F. (2010). Observar a pobreza em Portugal: uma leitura crítica das principais abordagens à operacionalização do conceito de pobreza. *Forum Sociológico* (20), [Online]. <http://journals.openedition.org/sociologico/182>

- Phills, J. A., Deiglmeier, K., & Miller, D. T. (2008). Rediscovering social innovation. *Stanford Social Innovation Review*, 6 (4), 34-43.
- Prim, M. A., Dandolini-Gertrudes, G. A., & da Silva-solange, S. M. (2019). Redes de Colaboração para a Inovação Social: um estudo de caso em Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD -Brasil)*. http://www.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MjY1Nzg=
- Portugal Inovação Social (2019a). *Inovação Social*. Consultado em 20 dez. 2021. Disponível em <https://inovacaosocial.portugal2020.pt/sobre/inovacao-social/>
- Portugal Inovação Social (2019b). *Portugal 2020*. Consultado em 27 abr. 2022. Disponível em <https://inovacaosocial.portugal2020.pt/sobre/portugal-2020/>
- Portugal Inovação Social (2019c). *Portugal Inovação Social*. Consultado em 29 abr. 2022. Disponível em <https://inovacaosocial.portugal2020.pt/sobre/portugal-inovacao-social/>
- Portugal Inovação Social (2019d). *Projetos*. Consultado em 24 mai. de 2022. Disponível em <https://inovacaosocial.portugal2020.pt/projetos/>
- Pue, K., Vandergeest, C., & Breznitz, D. (2015). Toward a theory of social innovation. *Innovation Policy Lab White Paper* (2016-01). <https://doi.org/10.2139/ssrn.2701477>
- Resolução do Conselho de Ministros 73-A/2014, de 16 de Dezembro (2014). *Diário da República n.º 242/2014, 1º Suplemento, Série I de 2014-12-16*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa. Consultado em 15 mai. 2022. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/73-a-2014-65908878>
- Rogers, E. M. (2002). Diffusion of preventive innovations. *Addictive Behaviors*, 27(6), 989-993. [https://doi.org/https://doi.org/10.1016/S0306-4603\(02\)00300-3](https://doi.org/https://doi.org/10.1016/S0306-4603(02)00300-3)
- RTP Notícias (2022). *Precariedade chega a investigadores com mais de 50 anos de idade e 20 de trabalho*. Consultado em 22 jul. 2022. Disponível em https://www.rtp.pt/noticias/economia/precariedade-chega-a-investigadores-com-mais-de-50-anos-de-idade-e-20-de-trabalho_n1408479
- Santa Casa de Misericórdia do Porto (2022). *Relatório de Gestão e Contas 2021*. Consultado em 10 jul. 2022. <https://www.scmp.pt/documentos-estrategicos/relatorios-de-gestao>
- Tartaruga, I. G. P. (2021a). Inovação inclusiva. In M. P. D. Griebeler (Ed.), *Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos* (pp. 505-506). Brasil: Uruguaiana. <https://doi.org/10.29327/542272>

- Tartaruga, I. G. P. (2021b). Inovação social. In M. P. D. Griebeler (Ed.), *Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos* (pp. 508-509). Brasil: Uruguaiana.
<https://doi.org/10.29327/542272>
- Ventura, M. M. (2007). O estudo de caso como modalidade de pesquisa. *Revista SoCERJ*, 20(5), 383-386.
- Weerawardena, J., & Mort, G. S. (2012). Competitive Strategy in Socially Entrepreneurial Nonprofit Organizations: Innovation and Differentiation. *Journal of Public Policy & Marketing*, 31(1), 91-101. <https://doi.org/10.1509/jppm.11.034>
- Williams, L. D. A., & Woodson, T. S. (2019). Enhancing Socio-technical Governance: Targeting Inequality in Innovation Through Inclusivity Mainstreaming. *Minerva*, 57(4), 453-477. <https://doi.org/10.1007/s11024-019-09375-4>
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (D. Grassi, Trans.; 2 ed.). Bookman.
- Yunus, M. (2000). El banco de los pobres. *Atica. São Paulo, Brasil*.
https://letraslibres.com/wp-content/uploads/2016/05/pdfs_articulospdf_art_11155_10968.pdf
- Yunus, M. (2010). *Building social business: The new kind of capitalism that serves humanity's most pressing needs*. PublicAffairs.
- Zainol, F. A., Daud, W. N. W., Abdullah, Z., & Yaacob, M. R. (2014). Overcoming poverty through social entrepreneurship: A conceptual paper. *International Business Research*, 7(7), 183. <https://doi.org/10.5539/ibr.v7n7p183>

Anexos:

Anexo 1

Questionário de entrevista com os empreendedores sociais		
Objetivo de investigação	Temática	Perguntas
(i) perceber como surgiram e se desenvolveram	Identificar o problema social e compreender a criação e o desenvolvimento do projeto	1- Como surgiu a ideia do projeto e como se desenvolveu? Pode falar um pouco mais sobre a história do projeto por favor?
(ii) conhecer os objetivos e de que forma buscam estimular a inclusão das populações-alvo dos projetos	Identificar o público-alvo	2- Qual é o público-alvo principal do projeto? (Pergunta específica: qualquer (pessoa em situação de sem-abrigo / desempregada pode participar))?
(ii) conhecer os objetivos e de que forma buscam estimular a inclusão das populações-alvo dos projetos (iii) compreender os impactos dessas iniciativas, bem como seus aspetos positivos e negativos	Perceber o impacto social do projeto	3- Quais são os principais objetivos do projeto? Como ele pretende impactar a vida dessas pessoas?
(iii) compreender os impactos da iniciativa	Perceber o impacto social do projeto	4- Quantas pessoas o projeto pretende impactar e quantas já impactou?
(i) perceber como surgiram e se desenvolveram	Compreender a criação e desenvolvimento do projeto	5- Quais são ou quais foram os principais desafios e dificuldades encontradas na implementação e no desenvolvimento do projeto? E o que foi feito para superá-los?
(i) perceber como surgiram e se desenvolveram (iii) compreender os impactos dessas iniciativas, bem como seus aspetos positivos e negativos	Compreender a criação e desenvolvimento do projeto	6- Com relação à Portugal Inovação Social, de que forma ela ajudou a viabilizar essa iniciativa?
(i) perceber como surgiram e se desenvolveram (iii) compreender os impactos dessas iniciativas, bem como seus aspetos positivos e negativos	Compreender a criação e desenvolvimento do projeto	7- Sentiram falta de algum apoio no âmbito da Portugal Inovação Social? Se sim, que tipo de apoio?
(iii) compreender os impactos dessas iniciativas, bem como seus aspetos positivos e negativos	Perceber a continuidade do projeto	8- Quando o apoio da Portugal Inovação Social acabar, o projeto conseguirá se manter? Ele é financeiramente sustentável? Como ele irá se manter?
(ii) conhecer de que forma buscam estimular a inclusão das populações-alvo dos projetos	Perceber a inclusão da população no desenvolvimento do projeto	9- O público-alvo do projeto foi envolvido de alguma forma em alguma das etapas preliminares do projeto (na criação, no desenvolvimento, na implementação)?
(iii) compreender os impactos dessas iniciativas, bem como seus aspetos positivos e negativos	Perceber o impacto social do projeto	10- Quais são as principais mudanças que esse projeto já trouxe para a sociedade e para a vida das pessoas que participaram dele?
		11- Você acha que as pessoas que participaram do projeto precisam de algum tipo de apoio para melhorarem a sua condição de vida?

Anexo 2

Questionário de entrevista com os participantes		
Objetivo de investigação	Temática	Perguntas
(ii) conhecer os objetivos e de que forma buscam estimular a inclusão das populações-alvo dos projetos	Compreender os objetivos pessoais com o projeto	1- Pode me contar um pouco da sua história com o Projeto xxxx? Como conheceu ele? Quando participou? Como foi a sua participação nele?
(iii) compreender os impactos dessas iniciativas, bem como seus aspetos positivos e negativos	Perceber o impacto do projeto	2- Com relação a sua vida, quais foram as mudanças (ou benefícios) que esse projeto trouxe na sua vida ou da sua família?
		3- O trabalho/ aprendizado proporcionado pelo projeto mudou a sua vida de alguma forma? Como?
		4- Como era a sua situação económica / financeira antes do projeto e como ela é atualmente?
(ii) perceber de que forma buscam estimular a inclusão das populações-alvo dos projetos (iii) compreender os impactos dessas iniciativas, bem como seus aspetos positivos e negativos	Compreender a situação atual individual	5- Você gostaria de melhorar a sua condição económica ou financeira atual? (Se SIM: O que você gostaria de melhorar nela?)
		6- O que acha que você precisa fazer para melhorar sua condição financeira atual? Sente falta de algum apoio pra isso?
		7- Pensando na sua vida atual como um todo, você gostaria de melhorar ou mudar alguma coisa nela? (Se SIM: O que você gostaria de mudar nela?)
		8- O que acha que você precisa fazer para melhorar sua condição de vida atual? Sente falta de algum tipo apoio pra isso?
(ii) conhecer de que forma buscam estimular a inclusão das populações-alvo dos projetos	Perceber a inclusão da população no desenvolvimento do projeto	9- Voltando ao projeto e a sua participação nele, você gostaria de ter participado mais do projeto? Ou acha que poderia contribuir de alguma forma na sua criação ou no seu desenvolvimento?
(iii) compreender os impactos dessas iniciativas, bem como seus aspetos positivos e negativos	Perceber aspetos positivos e negativos do projeto	10- Na sua opinião, o que o projeto tem de bom e de ruim? Por quê?
(iii) compreender os impactos dessas iniciativas, bem como seus aspetos positivos e negativos	Perceber aspetos positivos e negativos do projeto e possíveis pontos de melhoria	11- Acha que tem alguma coisa que poderia ser melhorada no Projeto para auxiliar o senhor(a) ou outras pessoas a alcançarem seus objetivos?